



SARESP: Histórico e comentários das questões de Matemática apresentadas nas avaliações para o 3º ano do Ensino Médio

Thais Costa

Trabalho de Conclusão do Curso Superior de Licenciatura em Matemática,
orientada pelo Prof. Me. Henrique Marins de Carvalho.

IFSP
São Paulo
2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Costa, Thais.

SARESP: Histórico e comentários das questões de Matemática apresentadas nas avaliações para o 3º ano do Ensino Médio / Thais Costa. - São Paulo: IFSP, 2011. 90p. ;

Trabalho de Conclusão do Curso Superior de Licenciatura em Matemática - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, São Paulo, 2011.

Orientador: Henrique Marins de Carvalho.

1. SARESP. 2. Desempenho. 3. Avaliação em larga escala. 4. Política educacional 5. Gestão pública.

I. SARESP: Histórico e comentários das questões de Matemática apresentadas nas avaliações para o 3º ano do Ensino Médio.

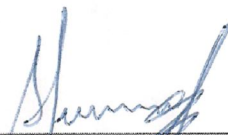
THAIS COSTA

**SARESP: Histórico e comentários das questões de matemática
apresentadas nas avaliações para o 3º ano do Ensino Médio**

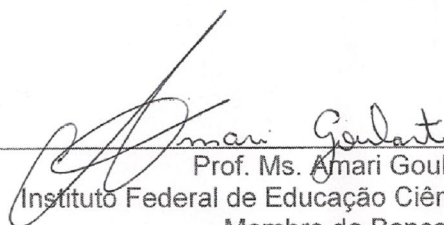
Monografia apresentada ao Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia, em cumprimento
ao requisito exigido para a obtenção do grau
acadêmico Licenciada em Matemática.

APROVADA EM 29/11/2011

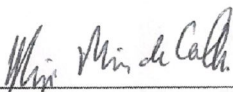
CONCEITO: 9,0



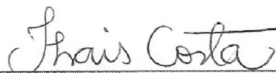
Prof. Dr. Armando Traldi Jr.
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia
Membro da Banca



Prof. Ms. Amari Goulart
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia
Membro da Banca



Prof. Ms. Henrique Marins de Carvalho
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia
Orientador



Aluna: Thais Costa

“Conte-me e eu esquecerei. Mostre-me e eu lembrarei. Envolve-me e eu entenderei”.

Provérbio Chinês

“Tenho pensamentos que pudesse eu trazê-los a luz e dar-lhes vida, emprestariam nova leveza as estrelas, nova beleza ao mundo, e maior amor ao coração dos homens”.

Fernando Pessoa

Agradeço aos meus pais, João Bosco e Neide, pela oportunidade de compartilhar o dom da vida comigo, pelo ensinar diário e por me mostrar que para apreciar a vida é necessária muita dedicação. As minhas preferidas: Tatiane, Talitha e Thaiane, apenas por existirem e transformarem os dias dessa vida em momentos de mais esperança e alegria.

“Há quem diga que todas as noites são de sonhos. Mas há quem garanta que nem todas, só as de verão. No fundo, isto não tem muita importância. O que interessa mesmo não é a noite em si, são os sonhos. Sonhos que o homem sonha sempre, em todos os lugares, em todas as épocas do ano, dormindo ou acordado”.

William Shakespeare

Ao Murilo agradeço a companhia maravilhosa de todos os dias, a amizade, a compreensão, o carinho e a inspiração constante dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas podem até pensar que esta é a parte mais fácil do trabalho, mas como é difícil agradecer por tantos momentos de crescimento e aprendizado. São tantas as pessoas, pais, irmãs, companheiro, amigos, professores, familiares, inspetores... Todos, sem distinção, possuem a sua parcela participativa no encerramento deste curso.

Obrigada Senhor pela oportunidade da vida.

Ao Prof. Me. Henrique, pelas orientações e incentivos que estimularam todo o desenvolvimento desta pesquisa. Por acreditar plenamente que eu era capaz de concluir esse trabalho. Obrigada pelas horas de dedicação, pelas leituras e pelo constante acompanhamento, que foram fundamentais para prosseguir com esse objetivo.

A todos os professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), que muito contribuíram para formação do meu conhecimento e de um pensamento crítico que anseia o momento de comemorar a conquista de uma educação pública de qualidade e igualitária.

A Prof.^a Dr.^a Delacir pelos momentos de reflexão e verdadeira amizade. A Prof.^a Dr.^a Carla por toda a revisão deste trabalho e pela motivação, incentivos e elogios animados e sempre acolhedores. A Prof.^a Dr.^a Mariana, que através da orientação atenta, foi uma das grandes incentivadoras do continuo estudo e aprimoramento deste trabalho. A Prof.^a Ms. Vania, que sempre se mostrou amiga e companheira e nos acolheu quando mais precisávamos. A todos os professores da área da Matemática pela constante preocupação e pelo interesse em ajudar.

Aos funcionários do IFSP, por cuidarem desta Instituição e pela convivência diária nesses últimos quatro anos, principalmente, aos amigos Vera e Domingos, pela alegria e a boa vontade de todos os dias.

A Prof.^a Dr.^a Regiane Helena Bertagna do Departamento de Educação do Instituto de Biologia da UNESP - Campus Rio Claro, que contribuiu com a indicação de bibliografias que nortearam este trabalho.

A Escola Estadual “Barão Homem de Mello” que de forma cortês autorizou a minha presença neste ambiente escolar. Aos professores de Matemática que convivi neste período: Rosana, Rosângela, Mônica e João, obrigada pelo auxílio na convivência com os alunos e por compartilharem o aprendizado diário que a sala de aula proporciona.

Aos amigos que conquistei: Andreza, Joyce, Seiji e Suzana, pela paciência e pela convivência tão fácil e prazerosa. Principalmente aos três primeiros, com quem convivi os últimos dois anos mais intensamente. Obrigada pela amizade e pelos momentos de inúmeras alegrias. Os considero muito mais que amigos, muito mais que companheiros de classe, vocês fazem parte da minha vida e sempre estarão comigo, mesmo que seja apenas no pensamento.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar, de maneira sucinta, mas ressaltando os principais detalhes, a avaliação de larga escala aplicada no estado de São Paulo, o SARESP, destacando alguns comentários dos exercícios da área de conhecimento voltados para a disciplina de Matemática, em função das cinco últimas avaliações aplicadas no estado. Para isso, foi apresentado um histórico de algumas modificações educacionais de maior importância nas leis referentes à educação brasileira, além de apresentar as avaliações de larga escala de outros estados brasileiros.

Palavras-chaves: SARESP, desempenho, avaliação em larga escala, política educacional, gestão pública.

SARESP: BACKGROUND AND COMMENTS OF THE MATHEMATICS QUESTIONS PRESENTED ON THE ASSESSMENTS FOR LAST YEAR OF HIGH SCHOOL

ABSTRACT

The goal of this work is to present succinctly, but highlighting the main details, the evaluation of large-scale applied in the state of Sao Paulo, SARESP, comments highlighting some of the exercises in the area of knowledge focused on the discipline of mathematics, according to five recent tests applied in the state. For this, we presented a track record of some major educational changes in the laws concerning Brazilian education, and present large-scale assessments of other states.

Keywords: SARESP, performance, large-scale assessment, educational policy, public management.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAED	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
Ceale	Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita
CENP	Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAMURS	Federação das Associações dos Municípios do RS
FAQ	<i>Frequently Asked Questions</i> - Perguntas mais frequentes
FDE	Fundação para o Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDEPE	Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco
IDESP	Índice de Desenvolvimento da Educação no Estado de São Paulo
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAAE	Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar
PAEBES	Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROALFA	Programa de Avaliação da Alfabetização
PROEB	Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAEPE	Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco
SAERJ	Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro
SAERS	Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul
SARESP	Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SEAPE	Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar
SEB	Secretaria de Educação Básica
SEDUC	Secretaria da Educação
SEE/SP	Secretaria da Educação do Estado de São Paulo
SIMAVE	Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública
SPAECE	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
TRI	Teoria de Resposta ao Item
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

	<u>Pág.</u>
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 HISTORIOGRAFIA	9
2.1. Avaliações Estaduais	14
3 O SARESP	21
4 OBSERVAÇÕES DAS QUESTÕES DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO DO SARESP.....	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

As avaliações de larga escala, também chamadas de avaliações externas, foram criadas com o propósito de verificar o desempenho educacional de cada estudante, em determinadas áreas do conhecimento. A avaliação externa é considerada um instrumento fundamental na elaboração de políticas públicas voltadas para o aprimoramento dos sistemas de ensino e apoio no planejamento de metas das unidades escolares. (CAED/Portal da Avaliação, 2011).

De acordo com Andrade, Viégas e Tristão (2009), foi a partir da década de 1990 que essas avaliações passaram a ocorrer de forma mais incisiva e constante na educação brasileira. O objetivo é direcionar as políticas públicas para a correção das discrepâncias encontradas na esfera educacional. A aplicação de determinadas ações pelos órgãos governamentais fundamenta-se nos resultados apresentados por esses sistemas avaliatórios. A ideia é que as escolas públicas aperfeiçoem a oferta de um ensino coeso e de qualidade em função dos resultados dos exames. Esse período foi marcado por um “acelerado processo de municipalização do ensino fundamental e da educação infantil, com um crescimento contínuo de matrículas e, em decorrência, uma gama de Programas foram criados de forma abrangente” (SEB/MEC, 2006, p. 9), a fim de beneficiar toda comunidade escolar.

Andrade, Viégas e Tristão defendem que:

Ao buscar a qualidade do ensino ofertado, assim como, a equidade na educação, o poder público pretende resguardar o direito à cidadania, assegurado na Constituição Federal de 1988 e também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN¹) de 1996, efetivando, desta maneira, a concretização do indivíduo apto ao convívio social. (ANDRADE, VIÉGAS, TRISTÃO, 2009, p.3).

¹ Na página oficial do MEC, as referências a respeito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ocorrem através da sigla LDB.

Segundo Sousa e Arcas,

O Ministério da Educação anuncia que as avaliações em larga escala, destinadas ao Ensino Fundamental e Ensino Médio, devem contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, redução das desigualdades e democratização da gestão do ensino público. Além disso, espera-se que induzam ao desenvolvimento de uma cultura avaliativa que estimule o controle social sobre os processos e resultados de ensino (SOUSA e ARCAS, 2010, p.182).

Pode-se verificar no documento atinente às Matrizes de Referência para a Avaliação (SARESP, 2011), que as modificações propostas para todo o sistema educacional eram baseadas na Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Portal Planalto/ Legislação, 2011). Segundo Fini,

Se as reformas educacionais havidas no Brasil na década de 90 propuseram, para esse nível da educação, parâmetros e diretrizes gerais devidamente consolidadas pela LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, também delegaram que esses parâmetros e diretrizes fossem desenvolvidos na forma de currículo pelos sistemas de ensino e em projetos pedagógicos nas escolas de todo Brasil (FINI, 2009, p.8, v.1).

Como a Lei 9.394/96 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, é de suma importância conhecer quando o Brasil passou a estabelecer parâmetros e diretrizes educacionais a fim de promulgar uma lei voltada para a educação nacional. Assim, deve-se fazer uma reflexão sobre o desenvolvimento educacional, desejando-se conhecer um pouco mais sobre a história da educação do país.

Historicamente, a lei que iniciou o processo para a revolução educacional brasileira, a fim de desenvolvê-la de maneira coerente e justa, foi a lei 4.024/61. Ela separava a educação em níveis, havendo ramos do ensino voltados, principalmente, para as áreas de trabalho industrial e comercial. Após dez anos, essa lei foi revogada, passando a ser adotada a lei 5.692/71. Ela compreendia o ensino em três grandes etapas: Ensino de Primeiro grau, Ensino de Segundo grau e Ensino Superior. Além disso, ela previa cursos

voltados para as áreas de trabalho – o curso profissionalizante – porém, este não fazia parte do currículo básico. O Ensino de Primeiro e Segundo graus passou a ter carga horária anual mínima de 720 horas e o ano letivo com duração mínima de 180 dias.

A última grande modificação aconteceu em 20 de dezembro de 1996, quando a lei foi novamente revogada, sendo reconhecida como a lei 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Essa lei transformou a maneira de pensar no ensino, separando a educação em duas grandes partes: Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e Educação Superior. A Educação de Jovens e Adultos, a Profissional e a Especial foram consideradas modalidades de educação. Com isso, a Educação Básica passou a ter carga horária mínima de 800 horas anuais, distribuídas em 200 dias letivos anuais, no mínimo.

De acordo com essa lei, o Estado tem como dever garantir, gratuitamente, para toda população a Educação Básica, que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, assegurando que todos tenham acesso a uma formação básica comum, mesmo que já não estejam na idade própria para isso. Os conteúdos apresentados devem atingir o mínimo exigido pela lei (Lei 9.394/96, Título III - Do Direito à Educação e do Dever de Educar, artigos 4º ao 7º).

Atualmente, a lei que permanece em vigor é a Lei 9.394/96, que apesar de não ter sido revogada, já sofreu algumas modificações através de novas leis e decretos, que incluíram, suprimiram ou modificaram alguns artigos e parágrafos da redação original. Podemos citar algumas das últimas mudanças, de grande importância, que alteraram essa lei. Foram elas: Lei 11.645/08 que modifica o artigo 26-A, referente à obrigatoriedade do estudo de história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos onde são oferecidos o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, públicos ou privados e a Lei 11.684/08 que

incluiu as disciplinas de Filosofia e Sociologia como disciplinas obrigatórias no currículo do Ensino Médio.

Essa lei afirma que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho, que envolve a questão financeira, e à prática social, abrangendo o relacionamento com a família. Também tem como dever garantir e zelar pela educação dos seus protegidos, bem como a sociedade, pois o ensino prevê igualdade de condições da educação. Assim, a população tem acesso a uma formação comum, com subsídios que auxiliam o educando no desenvolvimento intelectual e social, conquistando o progresso no ambiente profissional e almejando sucesso em estudos posteriores.

O Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad², defende que o crescimento da educação no Brasil se apoia em vários pilares, como o comprometimento dos profissionais da educação, o ambiente escolar, a participação da sociedade e da família e, principalmente, dos estudantes.

[...] Queremos a progressão dos alunos, mas aprendendo de acordo com as suas possibilidades. Respeitada a sua idade, respeitado o seu sistema educacional, respeitadas até a cultura e a tradição da sua escola, mas sem perder de vista que o foco da escola é o aprendizado. É lá que se ensina, é lá que se aprende. [...] Fazer da escola o que ela nunca poderia deixar de ter sido, [...] local onde as crianças vão aprender [...]. É na escola, com ajuda das famílias, com a ajuda inestimada dos professores e dirigentes educacionais, com apoio dos governos locais e regionais, que essa construção se tornará possível (Portal do MEC, 2007).

Andrade, Viégas e Tristão fazem uma consideração de suma importância para o desenvolvimento desse trabalho:

² Fernando Haddad nasceu em 1963 na cidade de São Paulo. Formou-se bacharel em Direito, na Universidade de São Paulo (USP) em 1985. Possui Especialização em Direito Civil e em Economia Política; Mestrado em Economia (USP, 1990) e é Doutor em Filosofia, também pela USP (1996). Foi professor de Teoria Política Contemporânea no Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo; Analista de Investimento do Unibanco; Consultor da Fundação de Pesquisas Econômicas (Fipe); Chefe de Gabinete da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura do Município de São Paulo e Secretário Executivo do Ministério da Educação, sendo, finalmente, nomeado em 2005, Ministro de Estado da Educação, pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, iniciando seu mandato em 29 de julho de 2005 (MEC, 2011).

Percebe-se, na atualidade, que a avaliação do sistema de ensino é ponto chave para a adoção dessas políticas, uma vez que a União – apoiada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – adotou uma política descentralizadora em relação à educação básica, fazendo com que suas unidades federativas criassem seu próprio sistema avaliativo e que, mediante seus resultados, adotassem suas próprias estratégias com vistas a corrigir suas deficiências (ANDRADE, VIÉGAS, TRISTÃO, 2009, p.3).

Estes autores citam que a exemplo de alguns estados brasileiros como Minas Gerais, dentre outros, o estado de São Paulo acaba criando o seu próprio sistema avaliativo: o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP). O SARESP é implantado no ano de 1996 (mesmo ano em que foi promulgada a última versão da LDB), fazendo o governo do estado investir em ações que tenham como meta alcançar o nível de qualidade almejada no ensino oferecido em suas escolas, com o objetivo de combater as desigualdades sociais existentes no estado. (ANDRADE, VIÉGAS, TRISTÃO, 2009).

A finalidade do SARESP é avaliar os alunos da Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio) do estado de São Paulo, sendo uma forma de avaliação externa. Realizado desde 1996 com a ajuda da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP), é aplicada periodicamente, com o intuito de obter dados consistentes que auxiliem o governo a estudar e planejar soluções para as deficiências encontradas no ensino estadual. Também visa a uma melhoria e a um aumento gradativo da qualidade da educação desses alunos avaliados, buscando contemplar todos os seus estudantes.

Apesar de ter como foco avaliar o desempenho dos alunos das escolas estaduais de todo o estado de São Paulo, há a possibilidade dos estudantes das escolas da rede municipal do estado e das escolas particulares participarem da avaliação, desde que seus representantes façam a adesão ao processo avaliativo. A rede municipal pode aderir à avaliação seguindo as

orientações do Decreto nº 54.253³ de 17 de abril de 2009, do Decreto nº 55.864⁴ de 26 de maio de 2010 e o Informe para Adesão das Redes Municipais. Já as escolas particulares devem seguir o que prevê o Informe para Adesão das Escolas Particulares.

O responsável por analisar e propor melhorias e metas para o Ensino Fundamental e Médio do estado de São Paulo é a SEE/SP. Esta, com o auxílio das equipes técnico-pedagógicas das Diretorias de Ensino e das próprias escolas, consegue, de acordo com a página da Central de Atendimento da Secretaria da Educação do estado de São Paulo, recomendar e subsidiar a capacitação, a orientação e o aprimoramento da proposta pedagógica. Além disso, a SEE/SP também consegue articular o resultado da avaliação com o planejamento e estabelece metas para o projeto de cada escola, em especial, na correção do fluxo escolar, amparando o Estado nas decisões tomadas em função da política educacional incentivada pela SEE/SP. (FAQ-SARESP/2009).

No intuito de também verificar algumas questões da disciplina de Matemática, este trabalho tem como finalidade apresentar um histórico das avaliações de larga escala, destacando o estado de São Paulo, observando e comentando algumas questões desta área que foram aplicadas nas últimas cinco avaliações do SARESP, para o 3º ano do Ensino Médio. Inicialmente, pretendia-se investigar as provas estipulando um intervalo de três anos entre as avaliações consideradas, devido à conclusão do ciclo de uma turma do Ensino Médio. Porém, entre os anos de 2001 a 2004, a avaliação resumiu-se em atividades que envolviam a língua materna para a análise das competências e habilidades básicas, previstas para serem dominadas com a conclusão de cada ciclo escolar. Durante esses anos, a avaliação também teve como foco constatar

³ Decreto nº 54.253, de 17 de abril de 2009 - Autoriza a Secretaria da Educação a representar o Estado de São Paulo na celebração de convênios com a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e municípios paulistas, tendo por objeto a aplicação do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP, nas escolas das redes públicas municipais, de forma integrada à rede pública estadual de ensino.

⁴ Decreto nº 55.864 de 26 de maio de 2010 - Dá nova redação à cláusula terceira da minuta-padrão de convênio constante do anexo que integra o Decreto nº 54.253, de 17 de abril de 2009.

qual era o domínio dos alunos em relação às competências de leitura e escrita (ARCAS, 2009).

Com o regresso da prova de matemática, em 2005, e pelo fato da avaliação ter sido mantida com regularidade⁵, optamos por observar todas as provas, iniciando no ano de 2005 até a última avaliação, aplicada em 2010. O foco estará voltado para as questões que envolvem a matemática nas avaliações aplicadas ao 3º ano do Ensino Médio. Busca-se encontrar parâmetros que auxiliem a comparar questões quanto ao seu nível de dificuldade.

Nos próximos capítulos, os temas: educação e avaliação estarão presentes em quase todas as circunstâncias. Será apresentado o histórico das avaliações de larga escala e como esse tipo de avaliação surgiu, mostrando como os dados dessas provas são importantes para as secretarias e profissionais da educação, uma vez que proporcionam a obtenção de informações de extrema relevância.

Ficará claro que as avaliações de larga escala não são apenas instrumentos criados para verificar uma competência específica ou progresso de um profissional, aluno, mas que possuem um objetivo mais amplo e lógico. Elas permitem que os profissionais da educação possam analisar os seus resultados e propor ações a fim de melhorar a educação pública como um todo, abrangendo o país inteiro através de um trabalho árduo, para que a população tenha, no mínimo, um currículo digno e de qualidade.

O objetivo é estudar as avaliações do estado de São Paulo, no entanto, é muito importante não considerar apenas o SARESP como única avaliação estadual no Brasil, há outros estados que procuram aprimorar o ensino público que é

⁵ É importante ressaltar que ocorreram mudanças na gestão do governo estadual devido ao afastamento do então governador Geraldo Alckmin, para candidatar-se à presidência da República. Quem assume o governo do estado é o vice-governador Cláudio Lembo. Na Secretaria da Educação, Maria Lúcia Marcondes de Carvalho Vasconcelos substitui o então secretário, Gabriel Chalita. Declarando que havia uma necessidade de estudar e debater os resultados da avaliação, revendo o modo como ela era desenvolvida, a nova secretária anuncia a suspensão do SARESP no ano de 2006 (Arcas, 2009).

oferecido. É através da aplicação de avaliações, que também possuem a finalidade de averiguar em que condições a educação vem sendo oferecida no seu estado, que o ensino pode ser modificado, no intuito de aperfeiçoar o aprendizado na Educação Básica.

O capítulo sobre o SARESP esmiuçar o desenvolvimento desse sistema de avaliação, englobando todo seu conceito histórico, desde a sua implantação até os dias atuais. Também terá como assunto as propostas pedagógicas que foram aparecendo durante os anos, muitas vezes apoiadas pelas teorias dos livros didáticos, induzindo o estado a formular um currículo geral, que foi implantado a partir de 2008. Uma das grandes novidades para esse mesmo ano, foi a apresentação do governo, em parceria com a SEE, do Plano de Metas para 2010, no intuito de garantir uma nova reformulação educacional no estado. Foi também a partir do SARESP de 2008 que a avaliação passou a contar com uma base curricular comum a todos os alunos que frequentam o ensino básico, apoiando-se nas referências da avaliação. A justificativa da SEE para um currículo comum também será assunto para o capítulo referente ao SARESP, analisando as concepções que a consultora para currículo e avaliação, Maria Inês Fini, expõe sobre este assunto.

Por fim, no último capítulo, serão apresentadas algumas considerações a respeito de cinco questões retiradas, cada uma, respectivamente, das cinco últimas avaliações do SARESP, aplicadas nos anos de 2005 a 2010. É desconsiderado apenas o ano de 2006, em que devido a mudanças na SEE, excepcionalmente, não foi realizada a aplicação da avaliação.

Assim, a seguir, pode-se verificar o momento histórico das avaliações externas no país, nacionais e estaduais, ressaltando a importância de cada uma delas, salientando que são apenas alguns estados brasileiros que estabelecem a aplicação das suas próprias avaliações, atentando para as concepções pedagógicas também apresentadas.

2 HISTORIOGRAFIA

A crescente evolução da tecnologia nas últimas décadas leva o Estado a buscar uma maneira diferente de pensar em como os diversos grupos sociais que ele representa esperam que essas modificações possam abranger os interesses da população (MEC/PDE, 2010). Nesse contexto, começou-se a raciocinar a respeito de uma proposta de revolução referente às características e a maneira pela qual o Ensino Básico é considerado, o que permite que a população acompanhe a modificação da qualidade do sistema estadual de ensino ao longo dos anos (MEC/PNE, 2011).

Os países subdesenvolvidos e que estão em ascensão recebem constantemente subsídios financeiros dos países desenvolvidos (DEITOS, 2005, p.3). O intuito é investir e garantir o crescimento da produção e o aumento da lucratividade de tais países, através da participação do capital externo. Este capital, muitas vezes entra no país em troca da exploração da matéria prima nacional e da participação das empresas internacionais, investimento que pode ser útil ou prejudicial. Útil na geração de empregos e no desenvolvimento tecnológico, mas prejudicial na economia, ao inibir o crescimento de empresas nacionais, dificultando o desenvolvimento econômico do país (SANTOS, 2005). Os beneficiários, na maioria dos casos, são as próprias empresas, que não auxiliam o país hospedeiro a alcançar uma competitividade internacional, visando apenas o nível da riqueza que eles podem conquistar. Como a oferta, a princípio, é tentadora, os países em desenvolvimento cedem às investidas externas, submetendo-se a cumprir o que foi proposto em troca de vantagens monetárias (SANTOS, 2005).

Embora esse investimento seja considerado um passo importante no auxílio da geração de empregos e no aquecimento da economia nacional, ele é realizado de forma desorganizada. Os países carentes precisam de uma estruturação socioeconômica que priorize as necessidades básicas dos cidadãos. Assim,

pode-se garantir que apenas o apoio financeiro é insuficiente para amparar a população, aumentando ainda mais a desigualdade social.

No Brasil, fica estabelecido através da Constituição Federal de 1988, garantir a democracia nacional por direito, instituindo fundamentalmente que "todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição" ⁶. Também, de acordo com o capítulo II e artigo sexto da Constituição, que versa dos Direitos Sociais, temos que "são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição" (CONSTITUIÇÃO, 1988).

Analisando esse trecho da Constituição e considerando a nossa própria experiência de vida, cremos que todos os indivíduos necessitam de estímulos sociais, a fim de manterem uma convivência saudável e de qualidade no ambiente em que vivem. Portanto, investir em atos que proporcionem o desenvolvimento de todo um coletivo e garantam o seu bem estar corporal e mental representa um auxílio no desenvolvimento da nação.

No cenário internacional, quando se analisa o crescimento de um país, um dos itens verificados para constatar se a população está se desenvolvendo é a educação. Assim, criou-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Seu objetivo é avaliar o avanço da população, considerando a grandeza da economia do país e duas importantes características sociais: a longevidade e a educação, se tornando um parâmetro de referência mundial (PNUD, 2011).

É por isso, que:

[...] o IDH pretende ser uma medida geral [...] do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade"

⁶ Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988. Título I – Dos Princípios Fundamentais. Artigo 1º. Parágrafo único.

das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver".

Além de computar o PIB⁷ per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um.

[...] no Brasil, tem sido utilizado pelo governo federal e por administrações como Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que pode ser consultado no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, um banco de dados eletrônico com informações socioeconômicas sobre os 5.507 municípios do país, os 26 Estados e o Distrito Federal (PNUD, 2011).

Com o objetivo de se obter índices de desenvolvimento educacional que se aproximem da média das notas de proficiência dos países desenvolvidos⁸, criou-se, em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O índice mede a qualidade da educação no país, abrangendo dados a respeito da aprovação e da média de desempenho dos estudantes. As áreas do conhecimento analisadas, em igual grau de importância para a qualidade da educação, são: Língua Portuguesa e Matemática (MEC/IDEB, 2009).

O indicador é calculado a partir dos resultados sobre a aprovação escolar obtidos através do Censo Escolar e utilizando as médias de desempenho nas avaliações do Inep, do Saeb e da Prova Brasil. Os resultados do IDEB se

⁷ PIB: Produto Interno Bruto.

⁸ As notas são calculadas a partir de informações que a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) obtém. Essa é uma organização internacional e intergovernamental que agrupa os países mais industrializados da economia do mercado (CGU, 2011). Os representantes dos países membros se reúnem para compartilhar informações e definir políticas com o objetivo de maximizar o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países membros. Com essa comparação internacional, pode-se avaliar o sistema educacional de determinado país em relação aos outros países e, desta maneira, verificar as deficiências e também a eficácia, muitas vezes não percebidas dentro dos próprios países (INEP, 2011).

tornaram a referência do nível da educação no Ensino Básico no país. E foi a partir de semelhante instrumento que o Ministério da Educação traçou metas de melhorias do desempenho bianuais para cada escola e cada rede até 2022 (MEC/IDEB, 2011).

Por esse motivo, o Brasil tem investido em programas que auxiliem as instituições escolares a melhorarem o índice nacional da Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio), a fim de alavancar a sua posição na classificação internacional. É com a perspectiva de um avanço educacional, dentre outras ações, que o Brasil instituiu a criação de avaliações externas nacionais, SAEB⁹ e Prova Brasil, tendo como objetivo medir os índices da educação das escolas da rede pública nacional, de maneira censitária, abrangendo todos os alunos da Educação Básica (MEC, 2011).

Com a mesma intenção, alguns governos estaduais instituíram as suas próprias avaliações em larga escala. A proposta é melhorar a educação no seu estado, obter os seus próprios índices de desenvolvimento e, conseqüentemente, poder galgar o posto de estado brasileiro com os melhores índices de desenvolvimento educacional, tornando-se referência em educação no país.

As avaliações externas já ocorrem há muitos anos em alguns estados, mas foi a partir dessas modificações educacionais que se intensificou a parceria desses estados com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Caed), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). É uma instituição que elabora e desenvolve projetos em áreas importantes da educação: avaliação, formação, gestão e pesquisa (Caed, 2011). Priorizando o rendimento escolar

⁹ O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) é realizado a cada dois anos. Ele é composto por duas avaliações complementares: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) que avalia de maneira amostral os estudantes (5º e 9º anos do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio) das redes públicas e privadas do país, localizados tanto na área rural como na urbana. Já a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), ocorre de modo censitário com alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental público, nas redes estaduais, municipais e federais, de área rural e urbana, em escolas que tenham no mínimo 20 alunos matriculados na série avaliada. Nesse estrato, a prova recebe o nome de Prova Brasil e seus dados são utilizados no cálculo do Ideb (INEP, 2011).

dos alunos das redes públicas de ensino o Caed criou os programas de avaliação, que com o apoio das Secretarias Estaduais de Educação (SEE) visam o crescimento e a melhor organização da gestão educacional.

No Portal da Avaliação do Caed pode-se constatar que:

A primeira iniciativa brasileira de avaliação em larga escala foi o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) que se desenvolveu a partir de 1990 e foi aplicado inicialmente em 1995. Atualmente os Estados têm procurado desenvolver seus próprios sistemas de avaliação estabelecendo metas e diretrizes específicas às suas realidades (Portal da Avaliação, Caed, 2011).

Com a finalidade de tornar público quais estados desenvolvem sistemas de avaliação, será feita, a seguir, uma breve apresentação de cada avaliação de larga escala estadual. O objetivo é proporcionar uma visão geral de como a avaliação externa passou a ser um parâmetro importante na verificação do desenvolvimento educacional do Ensino Básico e da qualidade do ensino.

As informações sobre as avaliações são baseadas em dados fornecidos pelo Caed, e seu objetivo principal é criar um sistema que avalie, de forma censitária, as competências e habilidades dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, principalmente, nas áreas da Língua Portuguesa e da Matemática, a fim de ampliar o desenvolvimento escolar (Caed, 2011). As informações sobre as avaliações são baseadas em dados fornecidos pelo Caed e estão de acordo com o que é proposto por cada Secretaria de Educação do estado correspondente.

Além da avaliação destinada à rede pública de ensino, são aplicados questionários socioeconômicos para os alunos, a fim de conhecer o seu histórico escolar e analisar ações que interfiram no desempenho escolar desses estudantes. Os professores, coordenadores e diretores recebem um questionário que busca conhecer melhor o seu perfil profissional e a sua prática.

A seguir, apresentaremos as avaliações dos estados do Ceará, de Pernambuco, de Minas Gerais, do Espírito Santo, do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e Acre. Cada estado tem suas peculiaridades, porém, a finalidade de cada avaliação é sempre a mesma: averiguar como está a qualidade do ensino e de que maneira ele pode ser aperfeiçoado, objetivando uma melhor educação na rede pública estadual.

2.1. Avaliações Estaduais

O estado do Ceará trabalha com o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), que foi criado em 1992 pela sua Secretaria da Educação (SEDUC) (Caed, SPAECE, 2011). A cada avaliação, a SEDUC obtém dados que são utilizados para analisar se o nível do conhecimento e o desempenho dos alunos evoluíram.

A abrangência do SPAECE foi ampliada em 2007, quando incluiu uma avaliação específica de alfabetização e estendeu a avaliação para os três anos do Ensino Médio, de modo censitário. O Ceará passou a ter três avaliações: da alfabetização (SPAECE-Alfa) para os alunos do 2º ano do Ensino Fundamental, realizada anualmente; do Ensino Fundamental para os alunos de 5º e 9º anos, com período bianual; e a do Ensino Médio, direcionada a todos os alunos das 1ª, 2ª e 3ª séries, também realizada anualmente (Caed, SPAECE, 2011).

Em 2000 foram instituídas e aplicadas avaliações em três grandes estados: Pernambuco, Minas Gerais e Espírito Santo.

O Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE) utiliza como parâmetros o desempenho dos alunos e das escolas das redes Estaduais e Municipais de Pernambuco (Caed, SAEPE, 2011). As primeiras edições não tiveram muita regularidade, pois a primeira avaliação ocorreu em 2000, a

segunda, em 2002 e a terceira só foi aplicada em 2005, sendo que o seu resultado só seria divulgado em 2007. A avaliação passou a ser anual no ano de 2008.

De acordo com a Secretaria de Estado da Educação de Pernambuco (SEE-PE), é através do Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE) que o estado tem diagnosticado a qualidade da educação pública estadual, acompanhando a evolução de cada escola anualmente¹⁰. O índice considera dois critérios importantes: o desempenho dos alunos no exame do SAEPE (considerando apenas os dados dos estudantes das 4^a e 8^a séries (atuais 5^o e 9^o ano) do Ensino Fundamental e do 3^o ano do Ensino Médio) e o fluxo escolar (SAEPE/ IDEPE, 2011).

Conforme definido pelo Portal da Educação da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (2011), o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE) já é um dos sistemas mais consolidados do país, tornando-se referência para outros estados brasileiros e até mesmo outros países, que constantemente enviam técnicos para estudar seus instrumentos, metodologia e logística.

O sistema atua em duas modalidades de avaliação: a avaliação interna da escola, realizada pelo Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE), e a avaliação externa do sistema de ensino, executada pelo Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA) e o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB). Coordenado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), esse sistema conta com a parceria do Instituto Avaliar para o desenvolvimento do PAAE, que é direcionada para os alunos do Ensino Fundamental (anos finais) e Médio (Caed, SIMAVE, 2011). Já o PROALFA, é uma avaliação específica para os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo realizada em parceria com o Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale), da Universidade Federal de Minas

¹⁰ Na página oficial da SEE-PE, somente há dados referentes ao IDEPE dos anos de 2008, 2009 e 2010. (<http://www.educacao.pe.gov.br/diretorio/pmg2/idepe.html>)

Gerais (UFMG) e o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Caed), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) (SEE-MG, SIMAVE, 2011). O PROEB avalia alunos que estão cursando os últimos anos do Ensino Fundamental I e II e do Ensino Médio, 5º, 9º e 3º anos, respectivamente, contando também com a parceria do Caed.

No primeiro ano que o Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (PAEBES) foi aplicado, a intenção era contemplar diferentes níveis de escolaridade, abrangendo a Alfabetização, a Leitura, a Escrita e a Matemática, porém, só foram avaliadas as turmas de 2º série do Ensino Fundamental (Caed/ PAEBES-Alfa, 2011). Após quatro anos, avaliaram os alunos de 4º e 8º séries do Ensino Fundamental e 1ª série do Ensino Médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Física, Química e Biologia. Foram avaliados novamente, em 2008. Em 2009 foram avaliados os estudantes de 4º e 8º séries do Ensino Fundamental e na 2º ano do Ensino Médio. Em 2010 a avaliação foi aplicada em todos os anos do Ensino Médio. Está previsto avaliar as áreas de alfabetização, leitura e escrita até o ano de 2011 (SEDU/ PAEBES, 2011).

Historicamente, as avaliações externas são aplicadas no estado do Rio Grande do Sul desde 1996, quando foram avaliados os alunos da 2ª, 5ª e 7ª séries do Ensino Fundamental e 2ª série do Ensino Médio. Em 1997 e 1998, em parceria com a FAMURS (Federação das Associações dos Municípios do RS), aplicaram-se testes de Língua Portuguesa, Redação e Matemática para os alunos de 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio (Caed/ SAERS, 2011).

No período entre os anos de 1999 e 2004, o Estado não realizou avaliações. Em 2005, o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS) foi realizado pela primeira vez, sendo instituído apenas em 2007, pelo decreto estadual nº 45.300. Os testes de Língua Portuguesa e Matemática foram aplicados a alunos da 2ª série/3º ano e 5ª série/6º ano do Ensino Fundamental e 1º ano do Ensino Médio. De 2007 a 2010, o SAERS aplicou

testes em todas as escolas da Rede Estadual e em determinadas escolas das redes Municipais e Particulares e uma escola Federal, que aderiram ao processo de avaliação (Caed/ SAERS, 2011).

O Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ) é uma das avaliações externas estaduais mais recentes, foi criada em 2008 (Caed/ SAERJ, 2011). A Secretaria do Estado do Rio de Janeiro optou por avaliar os estudantes das séries finais da cada etapa da Educação Básica, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio. Priorizando bons resultados com os dados obtidos, foram analisadas outras informações, como o proveito médio de cada escola e a quantidade de alunos em cada escala de proficiência (Baixo, Intermediário, Adequado e Avançado).

Em abril de 2011, a Secretaria de Estado de Educação (Seeduc) iniciou a aplicação de uma avaliação bimestral do SAERJ (Saerjinho), contendo questões de Língua Portuguesa e de Matemática (Saerjinho, 2011). O Saerjinho é um Programa de Avaliação Diagnóstica do Desempenho Escolar e seu objetivo é acompanhar o rendimento dos alunos e as suas dificuldades de aprendizagem. O diferencial desta avaliação é que a sua função é diagnóstico-formativa. Os professores de cada escola serão os responsáveis pela correção da avaliação e formulação do seu gabarito, de acordo com suas escolhas a respeito de peso e pontuação dos exercícios (SEEDUC, 2011, p. 7).

A região Norte do país é representada pelo estado do Acre, que possui o Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar (SEAPE), criado em 2009 pela Secretaria da Educação do Estado do Acre (SEE-AC) (Caed/ SEAPE, 2011). No mesmo ano da sua criação, o SEAPE avaliou o desempenho escolar dos alunos de 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio das redes de educação pública estadual e municipal. Também foram aplicados questionários socioeconômicos para os alunos e de caráter escolar para diretores, coordenadores administrativos e professores. Os resultados apontados pelas ferramentas

auxiliam no desenvolvimento de políticas educacionais estaduais, com o objetivo final de priorizar a educação brasileira (INEP, 2011).

Como foi citada anteriormente, a crescente importância atribuída às avaliações de larga escala fez com que, primeiramente, algumas capitais brasileiras conquistassem o primeiro passo para emancipação educacional no seu estado. A intenção é garantir que todos os estudantes brasileiros possam ter acesso a um currículo mínimo, mas que atendam, segundo Fini,

[...] às finalidades da escola previstas na LDB 9394/96, ou seja, que: os conteúdos curriculares não sejam fins em si mesmos, mas meios básicos para constituir as competências sejam fins em si mesmos, mas meios básicos para constituir as competências cognitivas, sociais e afetivas dos alunos; [...] a adoção de metodologias de ensino diversificadas, que estimulem a reconstrução do conhecimento do aluno e mobilizem o raciocínio, a experimentação e a resolução de problemas; [...] o respeito à diversidade e às histórias de vida dos alunos. (FINI, 2009, p.70-71).

Seguindo a mesma linha de pensamento de Fini, quando ela afirma que “o currículo oficial pode ser compreendido como um mecanismo necessário de responsabilidade do sistema com a sociedade e suas escolas” (FINI, 2009, p.71), e após apresentar algumas considerações importantes a respeito de determinadas avaliações estaduais, este trabalho se concentrará no estudo de aspectos da avaliação estadual que mais atinge o público estudantil brasileiro, o SARESP.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado de São Paulo possui a maior concentração da população brasileira. Exatamente por tal motivo é o estado que possui o maior número de estudantes em todo território nacional. Em relação à Região Sudeste, São Paulo possui mais de 50% do total de alunos de 0 a 17 anos que estão frequentando alguma escola ou creche. A veracidade destes dados é atribuída a uma pesquisa geral sobre os estados brasileiros realizada pelo próprio IBGE. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2006 - Suplemento: Características

complementares de educação, além de revelar dados gerais sobre cada estado, ainda faz uma relação entre “o percentual de cada indicador em relação ao total da Região Geográfica a que pertence o Estado” (IBGE, 2006).

Portanto, no próximo capítulo poderá ser acompanhada a história e o desenvolvimento da avaliação de larga escala do estado de São Paulo, SARESP, desde o seu início até a atualidade. São vários os fatores que tornaram o SARESP a fonte desta pesquisa, por isso, é fundamental citar algumas considerações importantes:

- Abrangência da avaliação: estaremos conhecendo a avaliação estadual de maior alcance numérico;
- Maior regularidade na aplicação das provas: as avaliações ocorrem desde a sua criação, em 1996 até os dias atuais. No ano de 2006 não houve a realização da prova;
- Documentos Legais: atualmente, a avaliação é baseada em dois decretos¹¹ e uma resolução¹²;
- Abertura da avaliação para as Redes Municipais e Particulares do estado de São Paulo que desejarem aderir ao exercício de realizar o SARESP na sua escola;

¹¹ Atualmente, neste ano de 2011, os decretos em vigor são: Decreto nº 54.253 e Decreto nº 55.864 (SEE/ SARESP, 2011).

¹² Resolução do SARESP 2011 (SEE/ SARESP, 2011).

3 O SARESP

Em 1996 o governo do estado de São Paulo estava sob o poder do então governador Mário Covas¹³, eleito no ano de 1994 e reeleito em 1998. Com a implantação do programa brasileiro de estabilização econômico em 1994, futuramente conhecido como Plano Real, o Brasil começou a se reestruturar economicamente, a fim de combater, na raiz do problema, os casos de inflação que eram recorrentes no país (Ministério da Fazenda, 2011). Nessa perspectiva, Mantega¹⁴ afirma que:

[...] o PIB brasileiro registrou a mais alta taxa de crescimento desde 1994. As perspectivas do Governo são de continuidade do crescimento neste e nos próximos anos, bem como de aprofundamento da mudança estrutural da economia brasileira em direção a uma integração competitiva na economia mundial e à melhoria das condições sociais de nosso País (MANTEGA, 2005, p.4).

Seguindo a sua pequena colocação de melhorar as condições sociais do país, pode-se considerar que Mantega (2005) tenta evidenciar que não apenas a economia é de suma importância para o desenvolvimento e estruturação da

¹³ Engenheiro civil formado pela USP. Seu primeiro mandato ocorreu em 1962, como Deputado Federal. Em 1982 estava no seu terceiro mandato do mesmo cargo, sendo nomeado em março de 1983, Secretário Estadual dos Transportes e, dois meses depois, Prefeito de São Paulo. Tornou-se o Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte quando se elegeu Senador em 1986. Um dos fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em junho de 1988, candidatou-se à Presidência da República em 1989 e ao Governo paulista em 1990. Foi eleito Governador de São Paulo em 1994 e reeleito em 1998. Em outubro de 2000, descobriu um tumor maligno no intestino e morreu antes de terminar o segundo mandato, no dia 6 de março de 2001 (BRASIL, 2011; FOLHA ONLINE, 2011).

¹⁴ É o atual Ministro de Estado da Fazenda. Formou-se em Economia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor licenciado da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e do curso de mestrado e doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Conquistou o doutorado em Sociologia do Desenvolvimento na USP com especialização no Institute of Development Studies (IDS) da Universidade de Sussex, Inglaterra em 1977. Foi Diretor de Orçamento e Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo e assessor Econômico do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de 1993 a 2002. Já foi nomeado Ministro de Estado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, designado em janeiro de 2003, cargo que exerceu até novembro de 2004. Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cargo que exerceu até março de 2006.

nação. O desenvolvimento social, alavancado pela educação, deve acompanhar tal progresso. Deste modo, surgiu, mais intensamente, uma necessidade de argumentar a respeito de como se sucedia a educação no Brasil. Foi assim que as avaliações de larga escala começaram a manifestar-se como parâmetro de grande importância no desenvolvimento educacional do país e dos estados brasileiros. Como já foi citado anteriormente, em virtude do estado de São Paulo englobar o maior número de estudantes que realizam as avaliações externas, ele foi escolhido como objeto de estudo desta pesquisa.

Refletindo sobre as modificações e a importância, na história, que o estado de São Paulo construiu na área da educação, Fini¹⁵ argumenta que

Nas décadas de 1980-90, o Estado de São Paulo desenvolveu propostas consideradas modelo para outros Estados e mesmo outros países. A última delas foi estruturada em 1992, e serviu de modelo e inspiração para muitas das reformas educacionais no Brasil na década de 1990. Essas reformas nacionais propuseram para a educação básica parâmetros e diretrizes gerais devidamente consolidados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de 1996. Esses parâmetros gerais deveriam ser desenvolvidos na forma de currículo pelos sistemas de ensino e em projetos pedagógicos pelas escolas de todo o Brasil. Entretanto, os sistemas de ensino não fizeram a devida mediação, em razão do que, em diversos deles, cada escola passou a desenvolver sua proposta pedagógica, a partir de um currículo presumido, muitas vezes inspirado nos livros didáticos (FINI, 2009, p.58).

O intuito não era construir uma lista, como se fosse um mero manual de instruções, e sim organizar parâmetros que auxiliassem no desenvolvimento e aprimoramento da educação. De acordo com Fini (2009, p.58) “não havia parâmetros de equidade” e, por isso, o estado estava procurando uma maneira de auxiliar os gestores e os educadores a prepararem seus alunos de maneira mais coerente, transparente e igualitária, ampliando e homogeneizando a educação estadual.

¹⁵ Maria Inês Fini é doutora em Educação, Professora Aposentada da Unicamp, Consultora para Currículo e Avaliação na Secretaria de Estado da Educação de São Paulo.

Essas transformações na educação começaram a aparecer de uma maneira mais clara a partir da década de 1990. Arcas (2009) considera que é através do Documento de Implantação de 1996 que a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE/SP) começa a expor as modificações, implantando o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), apresentando os seguintes objetivos:

- Subsidiar a Secretaria de Educação na tomada de decisão quanto à política educacional;
- Verificar o desempenho dos alunos da educação básica para fornecer informações a todas as instâncias do sistema de ensino que subsidiem a capacitação dos recursos humanos do magistério; “a reorientação da proposta pedagógica das escolas, de modo a aprimorá-la; a viabilização da articulação dos resultados da avaliação com o planejamento escolar, capacitação e o estabelecimento de metas para o projeto de cada escola [...]” (SEE/SP, 2006 *apud* ARCAS, 2009, p. 56).

O documento de implantação também previa a continuidade das atividades nos próximos anos, indicando um esperado prosseguimento desta política educacional. Por isso, é através da Resolução SE¹⁶ nº 27, de 29 de março de 1996, que se pode constatar que a SEE considera que há:

[...] a necessidade de estabelecer uma política de avaliação de rendimento escolar em nível estadual, de forma articulada com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica-SAEB/MEC; a imprescindibilidade de recuperar o padrão de qualidade do ensino ministrado no Estado de São Paulo; a importância em subsidiar o processo de tomada de decisões que objetivem melhoria da administração do sistema educacional através de resultados avaliativos cientificamente apurados; a necessidade de informar a sociedade e a comunidade educacional sobre o desempenho do sistema de ensino; a necessidade das Delegacias de Ensino e Unidades Escolares obterem resultados imediatos para tomada de decisões, em seus níveis de atuação.

Assim, em função da resolução citada anteriormente, pode-se verificar que os objetivos principais do SARESP são:

¹⁶ Dispõe sobre o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo.

I – desenvolver um sistema de avaliação de desempenho dos alunos do ensino fundamental e médio do Estado de São Paulo, que subsidie a Secretaria da Educação nas tomadas de decisão quanto à Política Educacional do Estado;

II – verificar o desempenho dos alunos nas séries do ensino fundamental e médio, bem como nos diferentes componentes curriculares, de modo a fornecer [...] informações que subsidiem: a capacitação dos recursos humanos do magistério; a reorientação da proposta pedagógica desses níveis de ensino, de modo a aprimorá-la; a viabilização da articulação dos resultados da avaliação com o planejamento escolar, a capacitação e o estabelecimento de metas para o projeto de cada escola, em especial a correção do fluxo escolar.

Conforme afirma Silva (2006), resumidamente, os argumentos que a SEE usou para defender a implantação do SARESP, são: a provável conexão com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), implantado pelo governo federal a partir de 1990; a intenção de identificar as dificuldades da educação básica do estado de São Paulo, a fim de propor ações que auxiliem os avanços na qualidade do ensino; e a apresentação para a sociedade das condições em que se encontra a educação pública estadual, expondo para os órgãos educacionais do estado dados que possibilitem a formulação de ações na busca do desenvolvimento educacional das instituições escolares. Defendendo de forma veemente que qualidade para um determinado grupo de pessoas não significa necessariamente qualidade para outro, Silva expõe que:

Nessa perspectiva, ainda que o SARESP seja capaz de proporcionar informações acerca da qualidade do ensino oferecido na rede pública estadual, tais informações estão relacionadas ao conceito que os gestores desse sistema de avaliação atribuem a um ensino de qualidade (SILVA, 2006, p.51).

Ao grifar alguns trechos do seu texto, Arcas (2009) mostra ao leitor pontos específicos sobre a implantação do SARESP, afirmando que o sistema incluía a participação de equipes escolares na avaliação, de maneira a envolver os

gestores da educação (professores, coordenadores e diretores) a tomar parte mais efetivamente, junto à escola, na aplicação, correção e análise dos testes, além da reflexão sobre os resultados obtidos e elaboração de propostas para extirpar os problemas identificados na avaliação no âmbito escolar.

Segundo Arcas (2009), esse documento previa que em 1996, os alunos matriculados na 3ª e 7ª séries do Ensino Fundamental de todas as escolas do estado seriam avaliados nas disciplinas de Português e Matemática, e somente os alunos da 7ª série seriam avaliados em Ciências e Geografia ou História. O conteúdo das avaliações seria estabelecido de acordo com a série anterior de cada turma avaliada. Ficou estipulado também que no segundo semestre do mesmo ano haveria outra avaliação para os alunos das seguintes séries: 3ª, 5ª e 7ª séries. Esses estudantes seriam avaliados nas disciplinas de Português, Matemática, História, Geografia e Ciências, além da inclusão da Redação como parte da avaliação estadual.

Os alunos do Ensino Médio não foram contemplados nesse primeiro ano da aplicação do SARESP. Porém, como afirma Arcas,

Para 1997, o Documento previa que fossem avaliadas as 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental, nos mesmos componentes curriculares de 1996. Dessa vez a novidade foi o início da avaliação no 1º ano do Ensino médio, sendo os alunos avaliados em Português, Redação e Matemática. Em 1998 as séries do Ensino Fundamental avaliadas seriam 2ª e 6ª, com provas de Português, Redação e Matemática para as duas séries e Ciências, Geografia/História apenas para as 6ª. No Ensino Médio, alunos do 2º ano seriam avaliados com Português, Redação e Matemática, História, Geografia, Física, Biologia e Química. (Arcas, 2009, p.57).

Em 1999 não foi realizada a avaliação. No ano seguinte, o SARESP tornou a ocorrer, sendo avaliadas as 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental e a 3ª série do Ensino Médio. Todas as turmas foram avaliadas nos componentes curriculares de Língua Portuguesa, incluindo Redação e Matemática, sendo que para as séries do Ensino Fundamental foi incluída na avaliação a disciplina de Ciências; enquanto o Ensino Médio, a avaliação abarcava a disciplina de

Biologia. Uma informação importante é que os alunos das séries avaliadas fizeram a prova de apenas um dos componentes curriculares e a avaliação passou a ocorrer, regularmente, ao final de cada ano (Arcas, 2009).

Em 2001, em função da Resolução SE¹⁷ nº 124, de 13 de novembro de 2001, a SEE/SP passou a considerar de suma importância os resultados obtidos no SARESP, em função do planejamento das modificações e melhorias no processo de aprendizagem. O SARESP se tornou o parâmetro responsável para indicar as condições que cada aluno possuía para ser promovido. Semelhante encargo é claramente apresentado no segundo artigo da resolução:

As atividades a serem elaboradas sob a forma de prova específica e aplicadas [...] têm por objetivo aferir, junto aos alunos, as condições para continuidade de seus estudos no Ciclo II ou no Ensino Médio, uma vez que seus resultados se constituirão em indicador essencial para promoção do aluno. (Art. 2º, Resolução nº 124/2001).

Também, de acordo com essa resolução, as avaliações seriam aplicadas nas séries concluintes do Ciclo I e Ciclo II, ou seja, 4ª e 8ª séries, respectivamente. Porém, a principal alteração no SARESP 2001 foi a exclusão das outras disciplinas na avaliação, ou seja, os alunos realizariam somente “atividades de Língua Portuguesa com vistas à avaliação das competências e habilidades básicas previstas para o término desses Ciclos” (Art. 1º, Resolução nº 124/2001). Com a divulgação dos resultados finais do SARESP, os alunos avaliados que não alcançaram nota suficiente foram matriculados na recuperação, que seria realizada em janeiro de 2002.

No início de 2002, após a conclusão da recuperação, os alunos passaram por um novo processo avaliativo, que não era o SARESP, sendo o novo resultado utilizado para determinar se os estudantes iriam ou não para a série subsequente ou para turmas de recuperação de ciclo. Os alunos que deixaram

¹⁷ Dispõe sobre a realização das provas de avaliação dos Ciclos I e II do Ensino Fundamental, nas escolas da rede estadual de ensino, em 2001.

de realizar a prova do SARESP em 2001 também foram convocados a participar dessa segunda avaliação, tendo ou não comparecido no processo de recuperação. Conforme a Resolução SE¹⁸ nº 14, de 18 de janeiro de 2002, a SEE/SP considera que é importante encerrar o SARESP de 2001, compreendendo que o “resultado é fundamental na definição de estratégias e intervenções no direcionamento do processo de ensinar e aprender, bem como, no encaminhamento dos alunos para a continuidade de estudos”.

É através dessas considerações que podemos observar que os objetivos do SARESP mantiveram-se em constante transformação, o que não parecia representar a proposta inicial da avaliação. O professor possui autonomia para indicar os alunos que necessitam de um acompanhamento escolar mais direcionado, pois é tutor e conhece as dificuldades de cada educando. Assim, como o estado espera aferir com precisão, através de uma prova anual, o nível de desenvolvimento intelectual e escolar dos alunos se deixa as escolhas totalmente a cargo do professor?

Pode não ser a resposta esperada, mas, de acordo com Arcas (2009), no ano de 2002, talvez, devido às mudanças ocorridas na gestão SEE (termino da gestão da pedagoga Rose Neubauer¹⁹ e começo da gestão do advogado e filósofo Gabriel Chalita²⁰), o SARESP manteve-se com as mesmas diretrizes aplicadas à avaliação do ano anterior. O mais interessante é que o seu

¹⁸ Dispõe sobre a realização das provas de Avaliação de Ciclo - SARESP-2001.

¹⁹ É pedagoga formada pela USP, com mestrado e doutorado em Educação (Psicologia da Educação) pela PUC/SP. Atualmente é conselheira do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, consultora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, membro da Academia Paulista de Educação, diretora-presidente do Instituto de Protagonismo Jovem e Educação, membro do Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe e consultora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

²⁰ Graduado em Direito pela PUC/SP e em Filosofia pela Faculdade Salesiana de Filosofia Ciências e Letras de Lorena. Possui dois mestrados e dois doutorados concluídos na PUC/SP, onde, atualmente é professor titular, e professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Já foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Cachoeira Paulista. Exerceu os cargos de secretário da Juventude, Esporte e Lazer e de secretário da Educação do Estado de São Paulo. Foi também presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), por dois mandatos, e vereador da cidade de São Paulo. Atualmente, é deputado federal.

resultado não foi utilizado como fonte fundamental para definir se um aluno seria aprovado ou encaminhado para a recuperação de estudos.

As mudanças significativas só ocorreram mesmo no SARESP de 2003, quando a avaliação tornou-se obrigatória para todos os alunos da Educação Básica, excluindo apenas os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nos anos seguintes, 2004 e 2005, mantiveram-se a mesma estrutura e considerações do ano anterior. Porém, em 2005, deve-se destacar o retorno da disciplina de Matemática na estrutura da avaliação e a aplicação da prova em dois dias, contemplando as avaliações de Leitura e Escrita, Matemática, Redação e o questionário socioeconômico para os alunos. O questionário passou a ser o segundo meio de avaliação do aluno, pois coleta:

[...] informações sobre suas características pessoais, o contexto socioeconômico e cultural em que vivem, sua trajetória escolar, suas percepções acerca dos professores e da gestão da escola e, também, sua participação nos projetos da SEE/SP. Objetiva-se, com este questionário, traçar os perfis dos alunos nos diferentes níveis de escolaridade e verificar as possíveis interferências desses fatores na aprendizagem (SARESP, 2005).

É importante ressaltar que, como já citado anteriormente, foi devido a Resolução nº 124/2001, que o SARESP avaliou apenas a área de Língua Portuguesa do ano de 2001 a 2004. Também foi em 2005 que ocorreu a regulamentação para a participação das escolas das redes municipais e particulares de ensino. Em 2006, novamente a SEE modifica o seu secretário, assumindo a pedagoga Maria Lúcia Marcondes Carvalho Vasconcelos²¹. De acordo com Arcas (2009), a nova secretária declarou que havia a necessidade de se repensar na maneira como o SARESP estava sendo aplicado. Portanto,

²¹ Pedagoga formada pela USP possui doutorado em Administração pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e em Educação pela USP. Foi professora da Educação Fundamental, Ensino Médio, Graduação e Pós-Graduação. É Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde além de Reitora, exerceu as funções de Orientadora Educacional, Diretora da Faculdade de Filosofia, Letras e Educação e Coordenadora Geral de Pós-Graduação. Presidente do Conselho Municipal de Educação de São Paulo e conselheira titular do Conselho Estadual de Educação de São Paulo. Foi Secretária de Estado da Educação de São Paulo nos anos de 2006 e 2007.

a SEE organizou um seminário com o intuito de estudar e analisar os dados já obtidos com a aplicação do SARESP. Por esse motivo, em 2006 não seria realizada a avaliação. O objetivo era discutir e analisar novas ações para aperfeiçoar o desempenho dos alunos nas próximas avaliações internas (escola) e externas, como o SARESP e o ENEM. O seminário contou com a participação de supervisores de ensino, diretores, professores coordenadores e professores, reunindo mais de 900 profissionais nesse grupo de estudo.

Em 2007, José Serra assume o governo do estado de São Paulo. Maria Lúcia Marcondes é mantida na SEE até Maria Helena Guimarães Castro²² assumir o cargo em julho de 2007. No mês seguinte, a nova equipe da SEE, em apoio ao governo estadual, apresenta, junto ao governador, o Plano de Metas para 2010. É a partir desse período que o estado passa a direcionar, de uma maneira mais coesa, os dados de desempenho do Ensino Fundamental e Médio do SARESP, a fim de garantir a conquista das metas estipuladas. De acordo com Fini,

Essas metas foram definidas a partir de diagnóstico realizado pela nova equipe que, entre outras constatações, considerou insuficientes os níveis de desempenho dos alunos de São Paulo nas avaliações estaduais, nacionais e internacionais. [...] as metas estabelecidas representam o compromisso público pela construção de uma escola básica de qualidade para as crianças e os jovens paulistas (FINI, 2009, p.57).

De acordo com o documento publicado pelo governo do estado de São Paulo, as dez metas para o ano de 2010 são as seguintes:

1. Todos os alunos de 8 anos plenamente alfabetizados;
2. Redução de 50% das taxas de reprovação da 8ª série;

²² É professora licenciada do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Presidiu, por sete anos, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão responsável pela realização do Exame Nacional de Cursos, o Prova. Também já esteve à frente da Secretaria de Educação de Campinas/SP. Especialista em Educação, Maria Helena foi secretária-executiva do MEC (Ministério da Educação) em 2002 e presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do MEC entre 1995 e 2002, ambos os cargos durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

3. Redução de 50% das taxas de reprovação do Ensino Médio;
4. Implantação de programas de recuperação de aprendizagem nas séries finais de todos os ciclos de aprendizagem (2ª, 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio);
5. Aumento de 10% nos índices de desempenho do Ensino Fundamental e Médio nas avaliações nacionais e estaduais;
6. Atendimento de 100% da demanda de jovens e adultos de Ensino Médio com currículo profissionalizante diversificado;
7. Implantação do Ensino Fundamental de nove anos, com prioridade à municipalização das séries iniciais (1ª a 4ª séries);
8. Programas de formação continuada e capacitação da equipe;
9. Descentralização e/ou municipalização do programa de alimentação escolar nos 30 municípios ainda centralizados;
10. Programa de obras e melhorias de infraestrutura das escolas (PLANO DE METAS, 2007).

Com a intenção de garantir uma nova reformulação educacional, para cada meta proposta houve a necessidade de definir planos e ações, a fim de manter a organização e o empenho da equipe. Um dos objetivos era fazer um acompanhamento mais coeso do que deveria ser alcançado, buscando uma redução significativa dos índices de reprovação da Educação Básica. Por isso, o programa visava, principalmente, melhorias nas escolas, atualização e capacitação de professores e melhor desempenho dos alunos na educação. Para esse estudo, a meta mais importante é a de número 5, pois prevê um melhor desempenho dos alunos do Ensino Fundamental e Médio nas avaliações de larga escala, nacionais e estaduais. Então, depois de apresentar as metas, o documento mostra que para atingir a qualidade na educação há a necessidade de implantar dez ações para uma escola melhor. Com isso, apresentam-se as ações de número 8 e 9, respectivamente, voltadas para os Sistemas de Avaliação e a Gestão dos resultados e política de incentivos do SARESP:

8 - Sistemas de Avaliação:

-Realização, no próximo mês de outubro, do SARESP 2007 com avaliação das seguintes séries: Ensino Fundamental (1ª, 2ª, 4ª, 6ª e 8ª séries) e Ensino Médio: 3ª série;

-A avaliação externa das escolas estaduais (obrigatória) e municipais (por adesão) permitirá a comparação dos resultados do SARESP com as avaliações nacionais (SAEB e a Prova Brasil), e servirá como critério de acompanhamento das metas a serem atingidas pelas escolas;

-Participação de toda a rede na Prova Brasil (novembro de 2007);

-Realização de programas de capacitação da rede para a participação no SARESP e na Prova Brasil, em setembro de 2007;

-Capacitação dos professores para o uso dos resultados do SARESP no planejamento pedagógico das escolas em fevereiro de 2008;

-Divulgação dos resultados do SARESP 2007 para todas as escolas, professores, pais e alunos em março de 2008.

9 - Gestão dos resultados e política de incentivos:

-Implantação de incentivos à boa gestão escolar valorizando as equipes;

-O SARESP 2005 e as taxas de aprovação em 2006 serão a base das metas estabelecidas por escola;

-Também serão considerados indicadores como a assiduidade dos professores e a estabilidade das equipes nas escolas;

-Cada escola terá metas definidas a partir da sua realidade, e terá que melhorar em relação a ela mesma;

-As escolas com desempenho insuficiente terão apoio pedagógico intensivo e receberão incentivos especiais para melhorarem seu resultado;

-As equipes escolares que cumprirem as metas ganharão incentivos na remuneração dos profissionais (PLANO DE METAS, 2007).

Em favor da qualidade na educação e a fim de extirpar a desigualdade entre as práticas escolares que eram verificadas, foi definido um currículo que passou a apresentar as expectativas de aprendizado para cada fase da escolaridade. Este currículo era baseado em função das disciplinas a serem ministradas, correspondendo à base essencial para a formação intelectual e social do indivíduo, a sua educação escolar. O processo era necessário para ajudar a SEE/SP a promover projetos que garantissem “ações de monitoramento e gestão da rede de ensino, a capacitação de professores e especialistas, a indicação de material didático de apoio a professores e alunos e os referenciais para a avaliação institucional e da aprendizagem” (FINI, 2009, p.58).

Um dos itens direcionados para a ação em função dos sistemas de avaliação deixa claro que o governo investirá na capacitação dos profissionais da área da educação. Na ação seguinte, o estado declara que “cada escola terá metas definidas a partir da sua realidade, e terá que melhorar em relação a ela mesma” (PLANO DE METAS, 2007), o que pode, de certa maneira, parecer uma coerção ao profissional que não atingir as metas propostas. Apesar disso, as metas e as ações recomendadas mostram que a gestão está agindo de maneira mais incisiva na educação estadual, a fim de obter melhores resultados na avaliação estadual e nas avaliações que o governo federal propõe.

Foi também em 2007 que o estado apresentou a Resolução SE²³ nº 68/2007, que mostra as considerações da SEE em relação, principalmente, à importância dos indicadores e dos resultados do SARESP como fonte de comparação com outras provas nacionais. O objetivo era obter dados de relevância nacional no acompanhamento dos alunos, de modo a assegurar a melhor maneira de conseguir os resultados mais adequados para a rede de ensino estadual. A resolução busca apresentar orientações a respeito da avaliação, e no seu 2º artigo, ela propõe “aferir o domínio das competências e

²³ Dispõe sobre a realização das provas de avaliação relativas ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP 2007.

habilidades básicas previstas para o término de cada série a ser avaliada e consistirá de provas de Língua Portuguesa e de Matemática” (Art. 2º, Resolução nº 68/2007). Foram avaliados os alunos que estavam cursando a 1ª, 2ª, 4ª, 6ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e apenas a 3ª série do Ensino Médio.

De acordo com o Documento Básico das Matrizes de Referência para a Avaliação (SEE, 2009), a partir de 2007 começaram a ser implantadas mudanças no SARESP a fim de transformá-lo em uma avaliação que possua atributos comparáveis a um sistema de avaliação em larga escala, permitindo a SEE/SP:

[...] acompanhar a evolução da qualidade do sistema estadual de ensino ao longo dos anos. [...] Os itens das provas foram pré-testados, o que resultou em instrumentos dotados de mais qualidade métrica. [...] A escala de proficiência já é bastante conhecida e seu uso permite a comparação dos resultados dos alunos no Saresp com aqueles obtidos no Saeb e na Prova Brasil. A escolha dos números que definem os pontos da escala de proficiência é arbitrária e construída a partir dos resultados da aplicação do método estatístico de análise dos resultados denominado TRI (Teoria de Resposta ao Item) (SARESP 2011, 2009, p.7).

Como ressalta Arcas (2009), uma modificação importante ocorrida em 2007, mas só foi implantada a partir de 2008, foi a adoção, pela SEE, da Teoria da Resposta ao Item (TRI):

[...] como metodologia para realização da avaliação externa. Essa modificação impõe ao SARESP um rigor metodológico e a possibilidade de comparação entre as diferentes edições, permitindo um acompanhamento mais sistemático dos resultados da avaliação (ARCAS, 2009, p.62).

Soares (2005) destaca que a TRI:

[...] surgiu com os trabalhos pioneiros de Lord (1952) e Rasch (1960). Esses autores foram os primeiros a propor modelos estatísticos paramétricos para itens de testes, que associavam a probabilidade de uma dada resposta (inicialmente, certa ou errada) a uma variável latente (não observada) interpretada como sendo a proficiência ou habilidade dos respondentes

dentro de um contexto de testes para avaliação educacional ou avaliação psicométrica²⁴. [...] essa teoria tem tido notável avanço teórico, sendo que novos modelos têm sido incorporados, o que tem trazido grande versatilidade a suas aplicações. É o caso dos modelos politômicos²⁵, que incorporam várias categorias das respostas (além das dicotômicas: certo ou errado), os modelos multidimensionais, que permitem produzir escalas para mais de uma variável latente associada, por exemplo, quando se admite à ideia de diferentes habilidades para o desenvolvimento cognitivo do aluno e, ainda, os modelos que incorporam comportamento diferenciado entre os itens em grupos diferentes – conhecidos como modelos para grupos múltiplos (SOARES, 2005, p.88).

No início de 2008, a Secretária da Educação, Maria Helena Guimarães Castro, anunciava a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação no Estado de São Paulo (IDESP). O IDESP é um indicador criado em 2007, pela SEE/SP para avaliar a qualidade das escolas do estado. A finalidade é obter:

[...] um indicador de qualidade das séries iniciais (1^a a 4^a séries) e finais (5^a a 8^a séries) do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Na avaliação de qualidade das escolas feita pelo IDESP consideram-se dois critérios complementares: o desempenho dos alunos nos exames do SARESP e o fluxo escolar. O IDESP tem o papel de dialogar com a escola, fornecendo um diagnóstico de sua qualidade, apontando os pontos em que precisa melhorar e sinalizando sua evolução ano a ano (GOVERNO SP, 2011).

Devido às constantes atualizações e modificações na maneira de conceber o SARESP, as resoluções passaram a ser modificadas anualmente. A partir de 2008, passaram a apresentar outras colocações de como aferir as competências e habilidades básicas, consideradas essenciais ao término de cada série prevista aos estudantes. De acordo com a Apresentação do SARESP de 2008, é a partir desse ano que as turmas avaliadas passaram a ser, regularmente: 2^a, 4^a, 6^a e 8^a séries do Ensino Fundamental e 3^a série do Ensino Médio de todas as escolas da rede estadual que oferecem o ensino

²⁴ É relativo à psicometria, que é o conjunto ou qualquer dos métodos quantitativos em psicologia; psicométrica (HOUAISS, 2009).

²⁵ É relativo à ou característico da politomia, que é a divisão de algo (princípio, ser etc.) em mais de duas partes, as quais, por sua vez, geram novas divisões; divisão em várias partes de um assunto, classificação etc. (HOUAISS, 2009).

regular. A participação das redes municipais e particulares de ensino seria aprovada desde que fosse firmado o compromisso por meio do preenchimento e envio do Termo de Adesão com a SEE/SP. Conforme afirma Arcas (2009), na avaliação de 2008 houve um incremento nas disciplinas a serem aferidas. Assim, além das áreas de conhecimento de Português e Matemática, que já eram avaliadas, somam-se à avaliação as disciplinas: de Ciências, para o Ensino Fundamental, e de Biologia, Química e Física, para o Ensino Médio. Fini destaca que “o Saresp passou a contar, a partir de 2008, com uma base curricular comum a todos os alunos da educação básica de seu sistema de ensino como apoio às referências da avaliação” (2009, p. 66).

Andrade, Viégas e Tristão destacam que o desempenho e a participação dos estudantes podem ser considerados como elementos fundamentais na elaboração de medidas que foram implantadas a partir de 2008, como o projeto São Paulo Faz Escola. O objeto final do programa é conquistar a qualidade do ensino ofertado nas escolas estaduais de São Paulo, sendo utilizados, como elementos comparativos, os resultados obtidos no desempenho dos alunos na avaliação do SARESP, nos anos de 2005 e 2007. Os autores também elencam pontos importantes que devem ser refletidos e analisados com mais afinco, citando considerações importantes em relação à Educação Matemática:

[...] ser considerada como uma importante ferramenta para as mais diversas situações e profissões, [...] a crescente necessidade da aplicação de modelos matemáticos nas tomadas de decisões, concernentes à modernidade, são fatores que justificam a essencialidade do domínio dessa área pelo aluno. [...] os alunos, mesmo os plenamente alfabetizados na linguagem corrente, não possuem as habilidades básicas para o entendimento da Matemática. Não conseguem, muitas vezes, concluir com exatidão as quatro operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Tampouco conseguem interpretá-la nas situações-problema, em que o seu ensino está hoje embasado. Quando não consegue atribuir um sentido prático à Matemática, o aluno passa a ter aversão por ela, o que contribui para o consumado quadro de “analfabetismo” instaurado na contemporaneidade. [...] o ensino da Matemática requer posturas diretivas dos educadores e políticas adequadas por parte do poder público

para sanar as dificuldades brasileiras (ANDRADE, VIÉGAS, TRISTÃO, 2009, p.4-5).

De acordo com a Resolução SE²⁶ nº 30/2009, todas as séries a serem avaliadas (2^a, 4^a, 6^a e 8^a séries do Ensino Fundamental e apenas a 3^a série do Ensino Médio) realizaram provas nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, e apenas os alunos da 6^a e 8^a séries do Ensino Fundamental e 3^a série do Ensino Médio foram avaliados nas disciplinas de História e Geografia, da área de Ciências Humanas. Uma informação importante a ser considerada é o encargo que o Governo do Estado de São Paulo assumiu, responsabilizando-se pelas despesas relativas à aplicação do SARESP nas redes municipais²⁷ de ensino de São Paulo que manifestarem interesse em participar da avaliação. Cada prefeitura deverá atentar para as instruções e prazos do convênio que será firmado, a fim de assegurar a participação de todas as escolas do município, de acordo com as orientações da SEE, que possuem o ensino fundamental e ou médio regular. Conforme os anos anteriores (desde 2005), as escolas particulares²⁸ que demonstrassem interesse em participar da avaliação deveriam arcar com as despesas decorrentes.

O SARESP 2010 avaliou as mesmas disciplinas do ano de 2008 e as mudanças mais significativas foram em função dos documentos legais²⁹ em que o SARESP se baseia. Devido ao processo de implantação progressiva do Ensino Fundamental de nove anos, foram avaliadas as turmas do 3^o, 5^o, 7^o e 9^o anos (equivalentes as 2^a, 4^a, 6^a e 8^a séries) do Ensino Fundamental e a 3^a série do Ensino Médio, além dos alunos das escolas municipais e particulares que

²⁶ Dispõe sobre a realização das provas relativas ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP 2009.

²⁷ Decreto nº 54.253, de 17 de abril de 2009: Autoriza a Secretaria da Educação a representar o Estado de São Paulo na celebração de convênios com a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e municípios paulistas, tendo por objeto a aplicação do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP, nas escolas das redes públicas municipais, de forma integrada à rede pública estadual de ensino.

²⁸ Deliberação CEE nº 84, de 18 de março 2009: Dispõe sobre regulação, supervisão e avaliação das instituições privadas de Educação Básica no Estado de São Paulo.

²⁹ Decreto nº 55.864, de 26 de maio de 2010; Resolução SE nº 48, de 02 de junho de 2010 e Resolução SE nº 54, de 30 de junho de 2010.

aderiram à avaliação, já que foram mantidas as mesmas orientações do ano anterior.

Para a edição de 2011, o Secretário da Educação, Herman Voorwald³⁰, prevê que sejam repetidas as mesmas disciplinas do ano de 2009, porém, será aplicada uma prova de Redação apenas em uma amostra de 10% dos alunos, das turmas de 5º, 7º e 9º anos (4ª, 6ª e 8ª séries) do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio de cada rede de ensino (Art. 4º, Resolução nº 41/2011).

De acordo com Arcas, é devido a estudos e pesquisas que a SEE pode identificar como “os impactos do SARESP na rede de ensino são importantes para evidenciar se seus objetivos estão sendo alcançados, principalmente no tocante a melhoria da qualidade do ensino” (2009, p.62). Ele também cita um estudo realizado por Sousa e Oliveira (2007) sobre sistemas de avaliação estaduais, e as considerações que tais autores trazem a respeito da avaliação externa, da sua importância na escola, no sistema de ensino e na sociedade, em geral:

Os objetivos da avaliação, declarados nos documentos oficiais, tendem a afirmar como expectativa que a avaliação venha a subsidiar os diferentes níveis do sistema na tomada de decisões com vistas à melhoria da qualidade do ensino. Desse modo, espera-se que os resultados da avaliação venham a ser apropriados pelos gestores e equipes centrais e regionais das Secretarias de Educação bem como pelas escolas, havendo menção ainda, por alguns Estados, quanto à expectativa de que a comunidade escolar como um todo - envolvendo alunos e pais - venha a se inteirar dos resultados obtidos pelas

³⁰ Herman Jacobus Cornelis Voorwald é natural de Rio Claro, interior paulista. Em janeiro de 2009 se tornou reitor da UNESP (Universidade Estadual Paulista). É professor titular do departamento de materiais e tecnologia da Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá (FEG) da UNESP desde 1996 e membro do Conselho Superior da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e da Associação Brasileira de Ciências Mecânicas. Herman foi também vice-reitor e assessor-chefe de Planejamento e Orçamento da UNESP no quadriênio 2005-2009. É formado em engenharia mecânica pela UNESP em 1979; mestre em engenharia mecânica pelo ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), em 1983; e doutor em engenharia mecânica pela UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), em 1988. Concluiu o doutorado em engenharia mecânica na UNICAMP em 1988 e, no ano seguinte, obteve o pós-doutorado no Laboratorium Soete Voor Weerstand Van Materialen – Lastechniek, na Bélgica (SEE-SP, 2011).

escolas. Ou seja, há referências a que a avaliação deva iluminar e trazer consequências para a formulação e/ou reformulação das políticas educacionais, em relação às suas diretrizes, prioridades e metas, focalizando questões relativas à gestão, currículo e infraestrutura, assim como nas propostas e práticas das escolas, particularmente em relação a aspectos relativos ao desenvolvimento do currículo (SOUSA E OLIVEIRA, 2007, p.187 *apud* ARCAS, 2009, p. 63).

Sousa e Oliveira consideram que se deve prestar mais atenção à estrutura escolar e seus alunos, priorizando os seus profissionais, o seu ambiente físico e o currículo oferecido, a fim de conquistar melhores resultados na educação pública estadual. De acordo com Fini há a necessidade da criação de um “currículo coerente e explícito para todo o sistema” (2009, p.58), a fim de garantir que “as bases dos conhecimentos essenciais para uma formação intelectual consistente e as competências a serem efetivamente desenvolvidas na escola” (2009, p.58). Ela expõe que a nova proposta curricular deve ser baseada em cinco pilares essenciais do currículo: que é a cultura; que se refere às competências; que prioriza a competência leitora e escritora; que articula as competências para aprender; e que é contextualizado no mundo do trabalho.

Por isso, é de acordo com o pensamento e os objetivos educacionais que os gestores e os professores conduzem a educação para o aprendizado que os pais consideram ser importante na construção da educação dos seus filhos. A educação deve ser conquistada pelos alunos, através de escolhas que não seguem um padrão específico, mas que consideram as relações sociais, a diversidade de povos e da natureza, e as possíveis diferenças de crenças, raças, por exemplo, que podem ser encontradas no cotidiano, envolvendo e fortalecendo, de tal maneira, a escola e a família, num mesmo pensamento e ação comum. Há também a necessidade cultivar nos alunos, na intenção de auxiliá-los na construção do conhecimento, a importância do saber fazer, antes mesmo de ser possível compreender e explicar totalmente o que se faz. Assim, o aluno terá suporte para desenvolver a sua visão do mundo, indagando, compreendendo e propondo ideias a respeito do pensamento crítico que ele construiu. De acordo com Fini, “tais competências permitirão que o estudante

enfrente problemas e atue de modo coerente em favor das múltiplas possibilidades de solução ou gestão” (2009, p.59).

A língua materna viabiliza a compreensão e a comunicação, porém, dominar apenas “parte do código não leva ao sucesso da comunicação” (FINI, 2009, p.60). O domínio da língua materna não significa apenas sua compreensão, seu entendimento e sua interpretação. Saber como utilizá-la é a competência que deve ser desenvolvida, no intuito de auxiliar o aluno na formação, no desenvolvimento e no aprimoramento da sua inteligência (FINI, 2009).

O tema “educar para vida” é utilizado em várias discussões, possivelmente, de maneira intencional, a fim de chamar a atenção para a importância deste princípio para a prática do ensino. Como exemplo, podemos citar o livro do sociólogo e escritor Pedro Demo, *Leitores para Sempre*, que possui um capítulo específico cujo título remete ao tema: “Matemática para vida” (DEMO, 2006, p.88). Portanto, há a necessidade de se considerar que a educação pode ser construída além dos muros da escola, contudo, a participação da instituição escolar precisa ser coesa e efetiva, a fim de auxiliar o estado e a sociedade na formação dos jovens. Fini tem uma visão interessante a respeito do assunto:

O currículo que reconhece que memória não é inteligência e informação não é conhecimento elege a aprendizagem como o centro da atividade escolar. [...] na proposta curricular de São Paulo, o professor caracteriza-se como um profissional da aprendizagem, e não tanto do ensino (FINI, 2009, p.60).

O trabalho é um assunto que acompanha a educação pública, pois as famílias esperam que o estado propicie um ensino de qualidade para seus filhos, para que estes possam ter a oportunidade de aprender e a possibilidade de um futuro melhor. A Lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 9394/96, no seu 2º artigo, destaca que “A educação, dever da família e do Estado, [...] tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, salientando a importância da educação para a conquista do trabalho. Fini considera que:

[...] a prioridade do trabalho na educação básica assume dois sentidos complementares: como valor, que imprime importância ao trabalho e cultiva o respeito que lhe é devido na sociedade, e como tema que permeia os conteúdos curriculares, atribuindo sentido aos conhecimentos específicos das disciplinas (FINI, 2009, p.60).

A implantação da proposta curricular pela SEE seria realizada de acordo com o projeto Ler e Escrever, que foi implantado com sucesso na prefeitura de São Paulo. Este plano é voltado para as séries iniciais da Educação Básica, propondo que:

[...] a identificação das expectativas de aprendizagem para cada série e disciplina do ciclo e, a partir delas, a formação continuada dos professores na própria escola, com distribuição de material de apoio didático-pedagógico para alunos e professores.

Ele inclui, também, suporte ao trabalho dos professores da 1ª série, com a contratação de estagiários universitários que recebem como auxílio a Bolsa Alfabetização (FINI, 2009, p.61).

Se há a contratação de estagiários universitários com bolsa, por que não investir e implantar o projeto nas outras séries que compõem a Educação Básica? Os alunos dos cursos de licenciatura poderiam ser contratados para auxiliar os professores do Ensino Fundamental II (alunos que cursam da 5ª a 8ª séries, ou, atualmente, que cursam da 6ª ao 9ª ano) e Ensino Médio, com bolsa de estudos, como se fosse uma Iniciação Científica, podendo considerar uma porcentagem desse trabalho como realização do estágio. Consistiria em uma maneira de auxiliar os professores na correção de trabalhos e na manutenção da ordem na sala, por exemplo, assistindo os alunos e participando mais efetivamente do contexto da sala de aula. Pode-se considerar também a participação dos professores universitários, que além de auxiliar com a sua experiência e conhecimento acadêmico, ajudariam no desenvolvimento do programa e na promoção de estudos, de maneira a comprovar o comprometimento e participação de cada aluno no trabalho. Pode-se

considerar que a finalidade seria auxiliar o estado e as escolas a verificarem, através de semelhantes estudos, se houve um progresso no processo educacional, ou o que pode ser melhorado, extirpado, ou permanecer.

Em relação Ensino Médio, havia um projeto, Percursos da Aprendizagem, com material direcionado a alunos e professores. Contudo, a nova administração estadual não o considerava satisfatório perante a diretiva do governo. Foi assim que a SEE elaborou um complemento para o projeto, incluindo as séries finais do Ensino Fundamental, e que não eram contempladas em nenhum outro plano educacional, motivando um novo empreendimento, que passou a ser chamado de São Paulo Faz Escola. A diversificação e a preocupação na estruturação do novo currículo se devem ao interesse do governo em “apoiar os projetos de realização pessoal e profissional dos jovens paulistas” (FINI, 2009, p.61). Desse modo, o governo passa a investir, com o apoio do Centro Paula Souza e da Fundação Roberto Marinho, em uma proposta curricular que favoreça os estudantes do ensino médio, aplicando recursos na:

[...] inclusão de formação profissional de nível técnico concomitante ao ensino regular para inserção no mundo do trabalho e, [...] a inclusão de componentes curriculares de apoio à continuidade dos estudos, por ser o ingresso no ensino superior também expectativa de realização dos jovens (FINI, 2009, p.62).

Em 2007, ainda devido ao reflexo dos resultados do SARESP de 2005, Fini (2009) destaca que o estado propôs ações para “permitir que os alunos repusessem estruturas fundamentais de Língua Portuguesa e Matemática com as quais pudessem interagir melhor com a nova proposta curricular”, elaborando materiais para professores e alunos de modo a tornar claras as “competências e habilidades a serem desenvolvidas em cada série escolar, em Matemática e Língua Portuguesa, mas no contexto das demais disciplinas”. Sousa e Arcas citam um trecho das considerações de Fernandes e Freitas que realçam a seriedade com que semelhantes ações, voltadas para o aprimoramento educacional e avaliativo, devem ser desenvolvidas: “o importante não é a forma, mas a prática de uma concepção de avaliação que

privilegia a aprendizagem” (FERNANDES e FREITAS, 2008, p.31 apud SOUSA e ARCAS, 2010, p.195).

Contudo, não se pode esquecer que tais ações, oriundas do governo do estado, estão voltadas para um objeto fundamental que é o resultado final das avaliações externas aplicadas pela federação e pelo estado. Os autores reafirmam essa concepção através dos depoimentos coletados devido à pesquisa que realizaram:

[...] a avaliação em larga escala, atrelada a um currículo unificado, como está o Saresp atualmente, tenderia a reforçar práticas avaliativas mais tradicionais [...] A preocupação em ensinar todos os conteúdos presentes no currículo unificado em um tempo pré-determinado pode comprometer uma das noções mais elementares que norteiam o trabalho pedagógico que é a de que os alunos podem apresentar ritmos diferenciados de aprendizagem. Dessa forma, a flexibilidade curricular necessária para atender as necessidades e ritmos diferenciados dos alunos fica comprometida (SOUSA e ARCAS, 2010, p.195).

Ao citar alguns trabalhos que têm como foco o SARESP, uma das considerações que Arcas faz a respeito da pesquisa realizada por Jesse Pereira Felipe em 1999, na sua dissertação de Mestrado pela PUC/SP, é que:

[...] a princípio, havia uma expectativa que o SARESP viesse proporcionar uma melhoria da qualidade do ensino. Porém, a pesquisa revelou que o SARESP gerou uma série de problemas, como a desconfiança dos professores sobre seus reais objetivos, inadequação dos instrumentos para o nível dos alunos e falta de ações desencadeadas a partir dos resultados da avaliação (ARCAS, 2009, p.65).

Arcas também cita um trecho da pesquisa de Felipe:

[...] a avaliação deve ter como premissa que ela não será, sob hipótese alguma, usada contra os professores, muito menos poderá ser usada para a elaboração de ranking, estigmatizando e dividindo as escolas em ‘más’ e ‘boas’, as escolas de ‘sucesso’ e as ‘fracassadas’[...] (FELIPE, 1999, p.53 apud ARCAS, 2009, p.65).

Porém, a coordenadora geral da Proposta Curricular para o Ensino Fundamental (Ciclo II) e Ensino Médio do Estado de São Paulo evidencia que “foi criado, a partir de 2008, o boletim de resultados de cada escola, com a média obtida em cada série e disciplina, além da distribuição do percentual de alunos em cada nível de desempenho” (FINI, 2009, p.66). A impressão transmitida é que o boletim é uma maneira discreta de expor a escola, os professores e, principalmente, os alunos, aos resultados da avaliação, que como já mencionado anteriormente, não eram satisfatórios e não correspondiam às metas apresentadas pelo governo estadual.

Portanto, é de suma importância que as considerações a respeito do SARESP sejam analisadas e estudadas de maneira coesa, a fim de se obter resultados lógicos e adequados à avaliação, não afetando as “práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas da rede pública”. Assim, o autor conclui que:

[...] não há uma vinculação necessária entre avaliação e prestação de contas [...] mas sim ao uso que se faz dos resultados. [...] a utilização dos resultados pelos sistemas de ensino ainda não se delineou em uma direção mais definida. Ao mesmo tempo em que se anuncia como elemento de gestão das políticas públicas para a melhoria da qualidade do ensino, também está presente, cada vez mais, seu uso como prestação de contas, premiação e punição (ARCAS, 2009, p.70).

Entre os anos de 2007 e 2008, a SEE/SP introduziu a proposta curricular, considerando essencial a participação efetiva das escolas com o intuito de receber sugestões para o projeto, vinculando-se, diretamente, à avaliação. Por consequência, pode-se considerar o seguinte referencial: o desenvolvimento da proposta curricular deve contar com a participação dos professores e gestores nas possíveis modificações que forem necessárias, seguindo as sugestões pertinentes e que tenham os propósitos comuns da educação bem esclarecidos. O planejamento precisa estar voltado para organização do projeto pedagógico, refletindo sobre as necessidades existentes e a superação dos problemas específicos de aprendizagem. “A indicação do currículo do Estado

de São Paulo é uma ação ousada e necessária em busca de recuperar o status da escola pública” (FINI, 2009, p. 68).

Em outro trabalho, Sousa e Arcas (2010) apresentam algumas pesquisas a respeito do SARESP, referentes a movimentos que surgiam no âmbito da rede estadual paulista. De acordo com as colocações dos autores, um dos impasses que a SEE encontrou durante a implantação desta avaliação em larga escala foi a dúvida quanto a sua idoneidade, por parte dos profissionais da educação, que não acreditavam nas possíveis melhorias que o sistema avaliativo propiciaria. De acordo com o levantamento das pesquisas apresentadas pelos autores, os professores entrevistados não foram adeptos da avaliação, alegando falta de preparação para sua efetivação, já que apenas um pequeno grupo desses profissionais participou dos treinamentos para interação com o sistema avaliativo. As pesquisas também ilustram que certos professores se mostraram desmotivados a apoiar o SARESP, pois conjecturavam que os seus resultados seriam utilizados para classificar as escolas e os seus profissionais. Em função de semelhante classificação, concluíram que a avaliação era uma ameaça para os eles e toda a equipe escolar. Defendiam que a sua incorporação não significaria melhorias na educação do estado e alegavam que a SEE estava motivada a identificar as deficiências de cada escola e, conseqüentemente, dos seus profissionais.

Com isso, os autores destacam que:

As evidências trazidas por esta pesquisa indicam que o significado assumido pelo SARESP e por seus resultados no contexto da escola pesquisada não se associa a ideia de uma avaliação que traga subsídios para orientação e replanejamento do trabalho escolar [...] A política educacional que vem sendo implementada no estado de São Paulo aponta, cada vez mais, para uma valorização do mérito pessoal, do esforço individual e promove uma concorrência entre os profissionais, pois não basta ser aprovado na prova, alcançando a média esperada, para ter seu mérito reconhecido. [...] temos um contexto em que a avaliação em larga escala promove o pagamento de bônus, conforme os resultados, define metas, como no caso do IDESP, gerando

uma classificação das escolas. [...] As medidas que vêm sendo tomadas pela Secretaria de Educação reforçam [...] uma concepção de avaliação classificatória, que alimenta uma postura competitiva, que valoriza o mérito individual e que exclui tanto alunos quanto professores como sujeitos do processo. [...] parece-nos que a tendência é de responsabilizar alunos e professores pela sua não aprendizagem ou pelo seu despreparo profissional, eximindo-se os gestores de responsabilidade (SOUSA e ARCAS, 2010, p.190, 196, 197).

Em relação aos entraves que o estado e o país ainda encontram na educação, Fini faz as seguintes colocações:

Problemas estruturais históricos devem ser resolvidos pelo sistema, entre os quais citam-se: a questão dos salários dos educadores, os modos de atribuição de aulas e o quadro defasado dos profissionais para garantir o apoio educacional necessário.

Somam-se ainda outros problemas, aquém do sistema, como a formação acadêmica dos professores e educadores e os sociais do entorno da escola e da sua comunidade.

De todos os entraves – do sistema, conjunturais e escolares –, os maiores envolvem as situações de ensino-aprendizagem em sala de aula para que possam atender às finalidades da escola previstas na LDB 9394/96, ou seja, que: os conteúdos curriculares não sejam fins em si mesmos, mas meios básicos para constituir as competências cognitivas, sociais e afetivas dos alunos; [...] a adoção de metodologias de ensino diversificadas, que estimulem a reconstrução do conhecimento do aluno e mobilizem o raciocínio, a experimentação e a resolução de problemas [...] (FINI, 2009, p.70, 71).

Por isso, ao considerar todas as edições do SARESP e as modificações que marcaram a realização das avaliações desde a implantação em 1996, pode-se concluir que o estado considera o SARESP como uma ação presente nas suas políticas educacionais, sendo o parâmetro de fundamental importância para o desenvolvimento da Educação Básica estadual. Como foi citado anteriormente, não é somente o estado de São Paulo que investe em políticas educacionais, outros estados também o fazem. O importante é salientar que o objetivo final desses estados seja em prol da ampliação e crescimento da educação

nacional, oferecendo um ensino comum e de qualidade para todos os alunos, de maneira que estes conquistem o seu próprio espaço na sociedade, prosseguindo o seu crescimento e auxiliando no desenvolvimento do país.

A seguir, serão apresentadas cinco questões de matemática das últimas avaliações propostas pelo SARESP. As questões foram retiradas, respectivamente, das avaliações dos anos de: 2005, 2007, 2008, 2009 e 2010. A finalidade é comentar tais questões, observando a resolução presente nos cadernos que são divulgados pela SEE e apresentando algumas considerações.

4 OBSERVAÇÕES DAS QUESTÕES DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO DO SARESP

O Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo, SARESP, foi implantado em 1996 e desde então ocorre anualmente³¹, através de avaliações que são aplicadas em todo o estado paulista. Como citado anteriormente, o principal objetivo dessa avaliação é identificar, por meio dos resultados, como se encontra o nível escolar que é ofertado pelo governo do estado de São Paulo, analisando o desempenho dos alunos no SARESP e formas de aprimorá-lo, a fim de oferecer uma educação eficaz no ensino público.

Desde 2002 o SARESP publica informações em uma página na internet a respeito de cada avaliação que foi ministrada. Um item importante e que deve ser salientado é que as informações referentes aos anos de 2002, 2003 e 2004 apenas possuem dados sobre a disciplina de Língua Portuguesa, pois conforme a Resolução SE nº 124, imposta em 2001, a realização da avaliação somente ocorreria nesta área do conhecimento. Do ano de 2002 a 2007 é possível encontrar especificações a respeito das habilidades avaliadas nas provas e os gabaritos das avaliações, sendo, de certa maneira, uma forma do estado apresentar o que se pretende avaliar em cada questão proposta.

Em 2008, Macedo e Fini (2008) apresentam o documento geral das matrizes de referência para a avaliação do SARESP. Os autores consideram-no de suma importância para a educação pública, pois, de acordo com as modificações que começaram a ocorrer em 2007, havia a necessidade de reestruturar e acompanhar a evolução da educação estadual. Em 2009, o documento é republicado, contando com a participação de diversas pessoas como coautoras da matriz ou como colaboradoras no aprimoramento das informações que transmitia. A ampla participação se dá pelo fato de que as

³¹ Nos anos de 1999 e 2006 não foi efetuada a avaliação.

matrizes foram, antecipadamente, apresentadas a especialistas da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) da SEE/SP, que apontaram inúmeras modificações a serem realizadas. Além do mais, as informações foram exibidas a uma série de “professores coordenadores das Oficinas Pedagógicas das áreas envolvidas na avaliação, representando todas as Diretorias Regionais”, que apresentaram as suas propostas para alteração das matrizes (FINI et al, 2009, p.10). Não houve modificações nessa matriz para as avaliações seguintes.

Assim, pode-se destacar que,

Uma matriz de referência de avaliação pode ter muitas finalidades. A mais importante delas é o seu poder de sinalização das estruturas básicas de conhecimentos a serem construídas por crianças e jovens por meio dos diferentes componentes curriculares em cada etapa da escolaridade básica.

[...] Os conteúdos, competências e habilidades apontados na Proposta, para cada série e disciplina do currículo, indicam as bases conceituais da matriz proposta para avaliação.

Com isso, configuram-se as referências que possibilitam, de um lado, a construção das provas por seus elaboradores, e de outro, a posição (segundo níveis de desempenho) dos alunos que as realizarem. Os indicadores relativos a esta posição são obtidos por uma Escala de Proficiência, por intermédio da qual se define o quanto e o quê cada aluno ou escola realizaram no contexto desse exame. (FINI et al, 2009, p.11).

O documento destaca que a Escala de Proficiência resume a importância que o domínio dos conteúdos e as habilidades alcançadas possuem, a fim de compreender o grau de domínio dos conteúdos e os tipos de competências avaliadas - observar, realizar e compreender - correspondendo às diferentes habilidades que são consideradas. Por isso, “as habilidades devem ser caracterizadas de modo objetivo, mensurável e observável”. Porém, como afirmam os autores, nem todas as competências e habilidades foram incluídas nas matrizes, devido ao fato de não as considerarem “instrumentos formais de provas realizadas em larga escala, como é o SARESP. Devem, entretanto,

fazer parte do trabalho de avaliação formativa contínua, realizado pelos professores” (FINI et al, 2009,p.13).

Assim, serão apresentadas algumas questões de matemática referentes às últimas avaliações aplicadas, desde o ano de 2005. Será apenas uma questão por prova, totalizando cinco questões. A intenção foi identificar e expor questões que fossem baseadas no mesmo grupo de competências e, de preferência, que possuísem as mesmas habilidades.

Portanto, de acordo com a matriz de referência para avaliação do SARESP na área de matemática, alusiva à turma do 3º ano do Ensino Médio, serão citadas todas as habilidades restritas ao item relativo às competências para observar. Tais competências têm como objetivo de conhecimento o tema dois - Espaço e Forma - possuindo as seguintes habilidades:

H20: Representar pontos, figuras, relações e equações em sistemas de coordenadas cartesianas.

H21: Reconhecer a equação da reta e o significado de seus coeficientes.

H22: Representar graficamente inequações lineares por regiões do plano.

H23: Identificar as equações da circunferência e das cônicas na forma reduzida, com centro na origem.

H24: Identificar figuras semelhantes mediante o reconhecimento de relações de proporcionalidade.

H26: Identificar a relação entre o número de vértices, faces e/ou arestas de poliedros expressa em um problema (FINI et al, 2009, p.84).

Fini salienta que é através da Proposta Curricular que fica definido o que deverá ser desenvolvido em cada fase escolar e o que se espera que os alunos sejam capazes de realizar com esses conteúdos, expresso na forma de competências e habilidades claramente avaliáveis. Esse documento também expõe que as habilidades são baseadas nas competências, sendo subdivididas em três partes: competências para observar, para realizar e para compreender.

Os exercícios que foram selecionados possuem habilidades referentes às competências para observar, e a sua leitura julga, como mínimo, o domínio e o uso das “seguintes habilidades: observar, identificar, descrever, localizar, diferenciar ou discriminar, constatar, reconhecer, indicar, apontar” (FINI et al, 2009, p.16).

Essas habilidades possibilitam examinar o que o aluno ponderou antes de tomar a decisão de qual resposta é a correta, em função das informações contidas na pergunta. Ou seja, essas habilidades priorizam a interpretação a fim do aluno relacionar o que está escrito na avaliação e o que ele vai responder para garantir a melhor resposta. Deste modo, as questões de cada prova foram separadas, de acordo com as suas habilidades, sendo apresentadas a seguir:

SARESP 2005 – H21

A equação da reta que contem os pontos (1, 6) e (5, 4) é:

(A) $y = -x + 7$

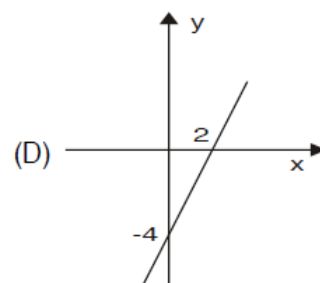
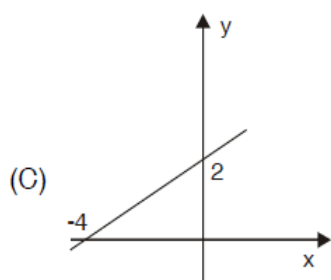
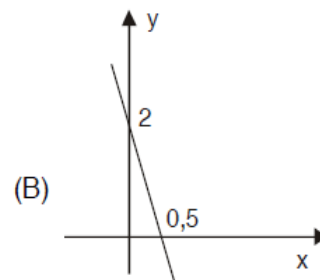
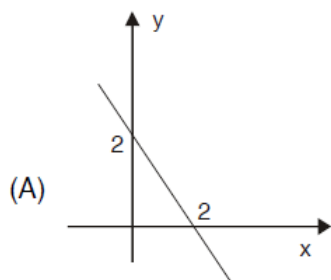
(C) $y = -2x + 8$

(B) $y = \frac{x}{2} + \frac{11}{2}$

(D) $y = \frac{-x}{2} + \frac{13}{2}$

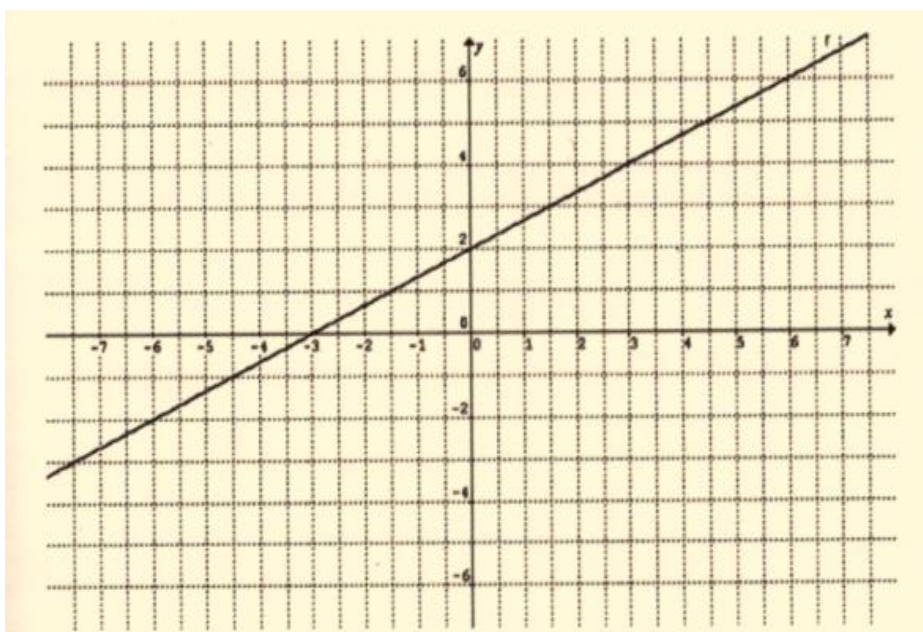
SARESP 2007 – H21

Qual dos gráficos seguintes representa a função de 1º grau definida pela equação $y = -4x + 2$?



SARESP 2008 – H21

Observe a reta r representada no gráfico cartesiano.



A equação da reta r representada no gráfico é:

(A) $y = \frac{3}{2}x - 2$

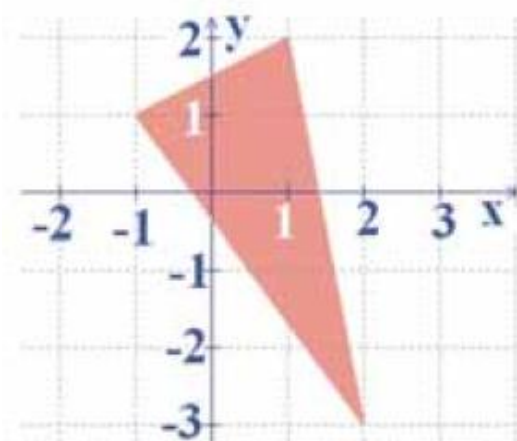
(C) $y = \frac{3}{4}x - 2$

(B) $y = -\frac{3}{2}x + 2$

(D) $y = \frac{2}{3}x + 2$

SARESP 2009 – H20

Observe a figura abaixo.



As coordenadas dos vértices do triângulo são:

(A) $(-1, 1)$, $(1, 2)$ e $(2, -3)$

(B) $(1, -1)$, $(2, 1)$ e $(-3, 2)$

(C) $(-1, 1)$, $(-2, -1)$ e $(3, -2)$

(D) $(1, -1)$, $(2, 1)$ e $(3, -2)$

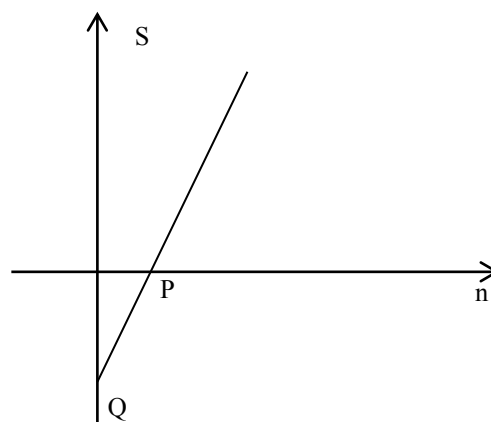
(E) $(-1, 1)$, $(1, 2)$ e $(-3, 2)$

SARESP 2010 – H21

Os alunos da escola de Fábio estão organizando uma festa. Já foram gastos R\$ 1.500,00 na decoração e nos equipamentos de som e iluminação. Decidiram vender cada ingresso por R\$ 5,00. A expressão $S = 5n - 1500$ permite calcular o saldo monetário da festa (S) em função do número de ingressos vendidos (n). Essa situação será expressa no gráfico.

Assinale a alternativa que mostra as coordenadas dos pontos P e Q.

	P	Q
(A)	$(-1, 1499)$	$(-2, 0)$
(B)	$(1500, 5)$	$(-1, 1500)$
(C)	$(300, 0)$	$(0, -1500)$
(D)	$(5, 300)$	$(300, 1500)$
(E)	$(1498, 2)$	$(-1500, 2)$



Nos relatórios pedagógicos de matemática relativos ao SARESP de 2008, 2009 e 2010, há a possibilidade de verificar algumas perguntas das referidas avaliações separadas por tipo de habilidade e contendo a sua resolução, com comentários e explicações. É importante destacar que as avaliações de 2005 e 2007 não possuem os relatórios pedagógicos. Portanto, os assuntos destas questões foram comparados aos dos anos de 2008 a 2010 verificando-se que as questões eram compatíveis aos requisitos da habilidade H21, identificando certa regularidade na presença do tópico. As outras questões possuem as suas habilidades determinadas nos relatórios pedagógicos de matemática, de acordo com o ano em que a avaliação ocorreu. Se forem verificadas as habilidades H20 e H21, elas podem ser consideradas como complementares, já que a H20 confere a capacidade que os alunos têm para representar pontos, figuras, relações e equações em sistemas de coordenadas cartesianas, enquanto a H21 solicita a mesma capacidade, mas em uma visão invertida, pois os alunos devem, primeiramente, reconhecer as equações de reta para depois determinar o significado dos seus coeficientes.

Em relação a cada questão, é fácil identificar que todas tratam do mesmo assunto: equação de reta. Excluindo a questão do SARESP de 2005, pode-se verificar que todas as outras questões possuem gráficos com segmento de retas, todas remetendo ao plano coordenado, com os eixos das abscissas e das ordenadas. Excluindo-se a questão da avaliação de 2009, todas as questões apresentam equações de reta na forma reduzida.

A respeito dos enunciados dos problemas apresentados, eles são de fácil interpretação, pois o texto presente em cada questão, além de ser breve, possui simples compreensão (mesmo considerando a questão que consta na avaliação de 2010, que exige um maior domínio concernente à interpretação de texto), ainda que seja para uma avaliação de matemática destinada aos alunos do terceiro ano do Ensino Médio da rede pública estadual. Além do mais, averigua-se que sempre que uma equação da reta aparece como enunciado ou como resposta do problema, ela está na forma reduzida, não considerando as formas geral, segmentária e paramétrica.

Como as avaliações dos anos de 2005 e 2007 não possuem relatório pedagógico discorrer-se-á a respeito dos comentários que são relevantes. As avaliações referentes aos anos de 2008 a 2010, além de conter alguns comentários, possuirão as análises que constam nos relatórios pedagógicos de matemática, respectivas ao ano considerado.

Considerando a questão do SARESP de 2005, ela pode ser identificada como acessível, pois apenas exige que os estudantes encontrem a equação da reta através de dois pontos já dados. Em virtude dos dados, é plausível calcular a equação da reta de algumas maneiras, como por exemplo: através da resolução do determinante, encontrando a sua equação geral, ou encontrando o coeficiente linear da equação (m) e utilizando-o, junto a um dos pontos, para encontrar a equação reduzida da reta, conforme representado abaixo:

$$\begin{vmatrix} x & y & 1 \\ x_1 & y_1 & 1 \\ x_2 & y_2 & 1 \end{vmatrix} = 0$$

Considerando que o ponto (x, y) é um ponto qualquer, e os pontos (x_1, y_1) e (x_2, y_2) são os pontos dados no problema.

$$m = \frac{y_1 - y_2}{x_1 - x_2}$$

Dado os pontos (x_1, y_1) e (x_2, y_2) , é possível encontrar a equação da reta.

$$y_1 - y_2 = m(x_1 - x_2)$$

O exercício relativo à avaliação aplicada em 2007 também pode ser considerado como fácil, pois espera-se que o aluno faça apenas algumas substituições para encontrar o resultado. É apresentada a equação da reta e a resposta deve ser relacionada a um gráfico. O raciocínio que envolve o teste é a interpretação da equação. Espera-se que os avaliados tenham realizado o seguinte questionamento: “Se o ponto y do eixo das abscissas encontra-se na origem (zero), que valor no eixo das coordenadas, o ponto x , assumirá em função da equação da reta dada? E o contrário? Se o ponto x , do eixo das coordenadas localiza-se na origem, que valor o ponto y assumirá no eixo das abscissas?”. Este seria o pensamento lógico a ser feito, encontrando o resultado da questão, seguindo as orientações sugeridas para as substituições.

Referente ao exercício de 2008 é possível verificar quais as considerações e comentários da SEE/SP relativos aos resultados obtidos com o desempenho dos alunos. Antes de expor o que a SEE publicou no relatório pedagógico, serão realizadas certas colocações alusivas aos exercícios da avaliação de 2007 e 2008. Ambas as questões possuem e exigem a mesma habilidade e raciocínio, sendo que em 2007 o exercício fornece uma equação de reta simples e pede que seja identificado o gráfico, e em 2008 ocorre exatamente o contrário: o gráfico passa a ser o elemento principal, e o aluno deve identificar qual equação da reta é compatível com ele. A visualização, nos dois exercícios,

é clara, pois cada gráfico possui uma reta que corta os eixos das coordenadas e das abscissas. Com isso, é fácil identificar os pontos que possibilitam a solução das questões.

No relatório pedagógico de 2008, encontram-se as observações:

Para resolver este problema, o aluno pode selecionar no gráfico apenas dois pontos da reta, e verificar que ambos os pontos satisfazem uma das equações mostradas nas alternativas. Porém é claro, determinar a equação da reta por dois pontos.

Escolhendo os pontos $(-3,0)$ e $(0,2)$ temos:

$$y - 0 = \frac{2 - 0}{0 - (-3)} \cdot (x - (-3))$$

$$y = \frac{2}{3} \cdot (x - 3) \rightarrow y = \frac{2}{3}x + 2, \text{ alternativa D.}$$

Apenas 17% dos alunos assinalaram a alternativa correta, e somente 30% dos melhores na prova escolheram a opção D. Eles consideram esta questão difícil e, se não sabem determinar a equação da reta conhecidos dois de seus pontos, parece que também não pensaram em escolher dois pontos e “testá-los” nas equações das alternativas (SARESP 2008, 2009, p.123).

Assim como o gráfico apresentado no SARESP de 2008, o da pergunta de 2009 também apresenta pontos exatos, ou seja, as coordenadas dos pontos serão dadas por números inteiros. Apesar de ser o único exercício que apresenta a habilidade diferente dos demais, ele destaca-se pela semelhança com o questionamento das outras questões e dos assuntos abordados. Como as questões possuem alternativas, se houvesse alguma dúvida a respeito do ponto exato da coordenada seria fácil concluir que a mesma seria formada por números sem valores decimais. Identificados os pontos referentes aos vértices do triângulo, a questão estaria resolvida. A seguir, as considerações do relatório pedagógico de 2009:

Esta questão requer dos alunos o conhecimento da representação de pontos de eixos cartesianos. A alternativa correta é A, assinalada por apenas 44,7% dos alunos, em uma

questão que exige conceitos fundamentais e básicos que devem estar muito bem consolidados na 3ª série do Ensino Médio. Não há hipóteses plausíveis sobre os possíveis erros (RELATÓRIO PEDAGÓGICO 2009 SARESP, 2010, p.191).

Nas cinco avaliações apresentadas, apenas o problema da avaliação aplicada em 2010 possui um enunciado um pouco mais elaborado. Há a necessidade de interpretar os dados do texto e identificar que a expressão a que ele se refere também é uma equação da reta. Se esta última colocação não ficasse clara, não haveria problema algum, pois o exercício também possuía um esboço do gráfico simples, no entanto, objetivo, a fim de auxiliar na identificação da função. Assemelha-se ao exercício da avaliação de 2009, entretanto, as suas habilidades não são as mesmas. O exercício solicita que sejam identificadas as coordenadas dos pontos P e Q, de acordo com os dados disponibilizados no enunciado. Cada ponto corta algum dos eixos do plano cartesiano, assim, é possível identificar que, em ambas coordenadas, um dos pontos será o zero. Simplesmente, com este raciocínio e com a análise do gráfico, já seria possível responder corretamente a pergunta. Se apenas a expressão fosse analisada, sem o desenho do gráfico, uma informação importante que os alunos deveriam identificar é o fato do saldo já começar negativo, ou seja, se não fosse vendido nenhum ingresso, já haveria um saldo negativo de R\$ 1500,00. Assim, substituindo na equação o valor de n como zero, resultaria um saldo igual a 1500 reais negativos, ou seja, a primeira coordenada encontrada seria $(0, -1500)$. Se o saldo fosse nulo, a indagação seria em função do número de ingressos vendidos para cobrir o investimento na decoração e nos equipamentos de som e iluminação. Substituindo o valor nulo ao saldo, seria encontrado o outro ponto da coordenada, ou seja, $(300, 0)$. Portanto, a fim de conhecer as explicações presentes no relatório pedagógico de 2010, a SEE/SP faz os seguintes comentários:

Esta questão está colocada para avaliar a habilidade de identificar a equação da reta, sua representação cartesiana e utilizar o significado dos seus coeficientes. Assim, o aluno, após uma leitura atenta do problema, do gráfico da função $S = 5n - 1500$ e das coordenadas dos pontos P e Q, pode concluir

que:

- P é um ponto de coordenadas (n, 0) e Q tem coordenadas (0, S)
- P(n, 0): isto significa que para encontrar o valor de n, fazemos $S = 0$, na função dada $\rightarrow 5n - 1500 = 0 \rightarrow n = 300$. Então P (300, 0)
- Q(0, S) significa que para determinar o valor de S, fazemos $n = 0$ na função dada $\rightarrow S = -1500$. Assim, Q(0, -1500)

A resposta correta C foi a opção de 26,5% dos alunos, resultado insatisfatório, mas esperado, visto que não são muitas as atividades propostas pelos professores envolvendo esses conceitos e regras. As demais alternativas assinaladas por 73,5% dos alunos não permitem que se faça suposições coerentes sobre os possíveis erros (RELATÓRIO PEDAGÓGICO 2010 SARESP, 2011, p.180-181).

De fato, os problemas que estão presentes nas avaliações do SARESP, de acordo com o que foi exposto, não apresentavam elevado grau de dificuldade, apenas exigiam uma pequena ciência do assunto, que seria necessário, neste caso, para identificar a resolução correta do exercício. Observando as informações, possivelmente pode-se concluir que de acordo com a frequência com que elas aparecem, a SEE/SP, através do SARESP, pode estar induzindo, mesmo que indiretamente, os professores a um condicionamento predeterminado da avaliação, criando uma conexão entre as aulas ministradas pelos professores e os pré-requisitos do SARESP. De certa maneira, o estado está norteando o conteúdo pedagógico a ser seguido pelo professor, inibindo a sua autonomia e persuadindo-o em relação às concepções e exigências dessa avaliação de larga escala.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido nesta monografia procurou, principalmente, apresentar o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), bem como algumas das avaliações externas de maior importância no país. Além disso, a pesquisa foi direcionada para o estudo do SARESP, voltado para a área de conhecimento da matemática, que é apenas uma das disciplinas avaliadas pelo sistema.

Desde 1996, quando o SARESP foi implantado, o estado de São Paulo investe em políticas educativas com o objetivo de vincular essa avaliação a sua cultura educacional, procurando envolver toda a comunidade escolar: gestores, professores, alunos e pais. O objetivo deve ser aprimorar a educação estadual, e conseqüentemente, a educação nacional, sendo que os principais pontos a serem analisados são: a qualidade atual da educação pública e que parâmetros serão utilizados para verificar, com segurança, o desempenho dos estudantes brasileiros.

Apresentamos outras avaliações estaduais, que possuem o mesmo objetivo do SARESP, verificar o desempenho dos estudantes nas suas respectivas escolas estaduais. Apesar de toda essa estrutura voltada para a educação, o SARESP é apenas um instrumento de verificação, tornando-se indispensável o levantamento dos seguintes questionamentos: será que realmente a educação estadual está conseguindo elevar o índice de desempenho dos seus alunos? As avaliações de larga escala estão sendo preparadas para avaliar qual grau de desempenho? Quais estruturas estão sendo formadas para que os alunos tenham subsídios para melhorar e aprimorar o seu conhecimento? Os professores, que são o principal veículo de transmissão do conhecimento, estão sendo preparados e motivados para acompanhar o crescimento que o estado e a federação propõem?

Muitas são as indagações a serem feitas, porém, não se deve esquecer que, provavelmente, o ponto mais importante a ser analisado é quais as políticas educacionais que estão e serão implantadas a fim de garantir o desenvolvimento da educação pública?

Pudemos verificar que as questões de matemática apresentadas tratam de um conteúdo restrito do objeto matemático, não explorando as possíveis formas e características que podem ser representadas. Ainda há muito que melhorar. Talvez por esse motivo, que o governo do estado tenha assumido o custeio da avaliação para as escolas municipais, que, apesar de serem públicas, não são vinculadas ao estado, portanto, podem possuir diretrizes diferentes. A SEE também proporciona a oportunidade das escolas particulares participarem do SARESP, e esse deve ser um ótimo referencial, pois tem a participação de estudantes que, apesar de não estarem no âmbito de ação do governo, podem estabelecer uma comparação com os estudantes da rede pública.

Ao estudar essas questões, pode-se verificar a ausência nas exigências de conhecimento específico por parte dos alunos, já que as questões não exigiam um aprofundamento do assunto. A prova de Matemática do SARESP possui várias áreas, o que poderia ampliar o estudo desta pesquisa. É interessante ressaltar, que há outras disciplinas que são avaliadas nesse sistema de avaliação, e em um trabalho interdisciplinar, podem-se analisar todas as disciplinas envolvidas, a fim de questionar os parâmetros utilizados pelo SARESP na formulação da avaliação. Este trabalho poderá ser estendido como uma pesquisa de campo, no intuito de se obter dados reais dos estudantes do Ensino Básico. Provavelmente, seriam obtidos argumentos adequados e opiniões coerentes se a avaliação fosse, no caso do 3º ano do Ensino Médio, aplicada em alunos que já estejam cursando o primeiro ano das faculdades, a fim de discutir os parâmetros do exame.

Outro fator que é de grandiosa importância para a educação nacional, e necessita ser preservado e reconhecido é o papel dos profissionais da

educação na evolução da mesma. Há a necessidade de investir nos professores e educadores, planejando envolver a educação no comprometimento da gestão política, dos professores, dos pais e, fundamentalmente, dos alunos, num só objetivo, educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, S. R.; VIÉGAS, R. F.; TRISTÃO, J. A. M. **Políticas de Avaliação do Ensino Básico: A Educação Matemática no Brasil**. Pesquisa em Debate, edição especial, 2009. ISSN 1808-978X. Disponível em: <http://www.saomarcostatuape.com.br/portal2/pos/pesquisaEmDebate/docs/pesquisaEmDebate_especial1/artigo_10.pdf>. Acesso em: 05 set. 2011.

ARCAS, Paulo Henrique. **Implicações da Progressão Continuada e do SARESP na Avaliação Escolar: tensões, dilemas e tendências**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação, São Paulo, 2009.

DEITOS, Roberto Antônio. **O capital financeiro e a educação no Brasil**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Campinas, SP. 2005.

DEMO, Pedro. **Leitores para sempre**. Porto Alegre. Mediação, 2006.

FINI, Maria Inês. **Currículo e Avaliação articulação necessária em favor da aprendizagem dos alunos da rede pública de São Paulo**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v.23, n.1, p.57-72, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v23n01/v23n01_05.pdf>. Acesso em: 05 set. 2011.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. 2009. Versão 3.0, jun. 2009.

MANTEGA, Guido. **O BNDES e o Novo Ciclo de Desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/apresentacoes/mantega_ciclodeseenvolvimento.pdf>. Acesso em: 06 out. 2011.

SANTOS, Gilmara. **O Capital Externo nas Sociedades Nacionais: Perda de Soberania?** Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/interno-publicacoes/Direito2005.php>>. Acesso em: 29 set. 2011.

SILVA, H. M. G. **Gestão Educacional e Sistemas de Avaliação: os pressupostos ideológicos do SARESP e a trajetória das avaliações aplicadas entre 1996 e 2005.** Universidade Estadual Paulista “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”. Faculdade de Ciências e Letras. Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar. Araraquara, SP, 2006.

SOUSA, S. M. Z. L.; ARCAS, P. H.. **Implicações da Avaliação em Larga Escala no Currículo: revelações de escolas estaduais de São Paulo.** EDUCAÇÃO: Teoria e Prática - v. 20, n.35, jul.- dez.2010, p. 181-199. Rio Claro, SP, Brasil – e ISSN: 1981-8106.

SOUSA, S. M. Z. L.; OLIVEIRA, R. P. **Sistemas Estaduais de Avaliação: Uso dos Resultados, Implicações e Tendências.** Cadernos de Pesquisa, v.40, n.141, p.793-822, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-5742010000300007&script=sci_arttext>. Acesso em: 29 set. 2011.

SOARES, Tufi Machado. **Utilização da Teoria da Resposta ao Item na Produção de Indicadores Socioeconômicos.** Pesquisa Operacional, v.25, n.1, p.83-112, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pope/v25n1/24252.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2011.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **MÁRIO COVAS Júnior.** Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendo-historia/destaque-de-materias/constituente-1987-1988/pdf/MARIO%20COVAS%20biografia.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2011.

BRASIL. **Constituição (1988).** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 set. 2011.

BRASIL. **Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102346>>. Acesso em: 05 set. 2011.

BRASIL. **Lei No 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 05 set. 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2011.

BRASIL. **Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 05 set. 2011.

BRASIL. **Lei Nº 11.684, de 2 de junho de 2008.. Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm>. Acesso em: 05 set. 2011.

CAED. **Portal da Avaliação.** Disponível em: <<http://www.portalavaliacao.caedufjf.net/portal/>>. Acesso em: 21 ago. 2011.

_____. **Governo do Estado do Acre. SEAPE.** Disponível em: <<http://www.seape.caedufjf.net/seape-inst/>>. Acesso em: 12 set. 2011.

_____. Governo do Estado do Ceará. **SPAECE**. Disponível em: <<http://www.spaece.caedufjf.net/spaece-inst/programa.faces>>. Acesso em: 12 set. 2011.

_____. Governo do Estado do Espírito Santo. **PAEBES**. Disponível em: <<http://www.paebes.caedufjf.net/paebes-inst/matrizReferencia.faces>>. Acesso em 12 set. 2011.

_____. Governo do Estado de Minas Gerais. **SIMAVE**. Disponível em: <<http://www.simave.caedufjf.net/simave/home.faces>>. Acesso em: 21 ago. 2011.

_____. Governo do Estado de Pernambuco. **SAEPE**. Disponível em: <<http://www.saepe.caedufjf.net/saepe-inst/matrizReferencia.faces>>. Acesso em: 21 ago. 2011.

_____. Governo do Estado do Rio de Janeiro. **SAERJ**. Disponível em: <<http://www.saerj.caedufjf.net/saerj/#>>. Acesso em: 21 ago. 2011.

_____. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **SAERS**. Disponível em: <<http://www.saers.caedufjf.net/saers-inst/>>. Acesso em: 12 set. 2011.

CENTRAL DE ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **FAQ - Perguntas mais frequentes: SARESP 2004**. Disponível em: <<http://faq.edunet.sp.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Publicações**. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/ocde/publicacoes/index.asp>>. Acesso em: 23 set. 2011.

DIRETORIA DE ITAPEVI. **Prova SARESP 2009**. Disponível em: <www.diretoriadeitapevi.com.br_oficina_rel_sar_mat_2009>. Acesso em: 27 set. 2011.

FOLHA ONLINE. **Maria Helena Guimarães de Castro assume Secretaria de Educação de SP**. In: Folha Online – Poder. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u314689.shtml>>. Acesso em: 05 set. 2011.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. Secretaria de Estado de Educação do Acre. CARDOSO, Concita. **Secretaria de Educação realiza terceiro ciclo do Sistema de Avaliação de Aprendizagem Escolar**. Disponível em: <<http://www.see.ac.gov.br/portal/index.php/component/content/article/1-noticias/357-secretaria-de-educacao-realiza-terceiro-ciclo-do-sistema-de-avaliacao-de-aprendizagem-escolar>>. Acesso em: 12 set. 2011.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Secretaria da Educação. **SPAECE**. Disponível em: <<http://www.seduc.ce.gov.br/spaece.asp>>. Acesso em: 12 set. 2011.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação. **PAEBES**. Disponível em: <<http://www.educacao.es.gov.br/default.asp>>. Acesso em: 12 set. 2011.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Pernambuco eleva índices na educação pública**. 2009. Disponível em: <<http://governo-pe.jusbrasil.com.br/politica/2701854/pe-leva-indices-na-educacao-publica>>. Acesso em: 21 ago. 2011.

_____. Secretaria de Educação do Estado. **A Avaliação das Escolas Estaduais e o Bônus de Desempenho Educacional - BDE. Nota Técnica**. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/diretorio/pmg2/nota_tecnica_idepe.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2011.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. VALLES, Fernanda. **Hora de conhecer melhor nossos alunos**. Disponível em: <<http://www.educacao.rj.gov.br/index5.aspx?tipo=categ&idcategoria=591&idItem=3693&idsecao=13>>. Acesso em: 12 set. 2011.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **SAERJINHO**. Disponível em: <http://www.educacao.rj.gov.br/arquivos/SAERJINHO2011_final.pdf>. Acesso em: 12 set. 2011.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. **SAERS**. Disponível em: <<http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/educa.jsp>>. Acesso em: 12 set. 2011.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **IDESP**. Disponível em: <http://idesp.edunet.sp.gov.br/o_que_e.asp>. Acesso em: 11 out. 2011.

_____. Secretaria da Educação. **Relatório Pedagógico, 2008 SARESP**. São Paulo: SEE, 2009.

_____. Secretaria da Educação. **Relatório Pedagógico, 2009 SARESP**. São Paulo: SEE, 2010.

_____. Secretaria da Educação. **Relatório Pedagógico, 2010 SARESP**. São Paulo: SEE, 2011.

_____. Secretaria da Educação. **Deliberação CEE nº 84 de 18 de março de 2009**. Disponível em: <http://saesp.fde.sp.gov.br/2009/pdf/08_Deliberacao_CEE_%2084_2009.pdf>. Acesso em: 11 set. 2011.

_____. SARESP 2005. **Habilidades avaliadas e gabaritos das provas**. Disponível em: <<http://saesp.fde.sp.gov.br/2005/subpages/habilidades.htm>>. Acesso em: 27 set. 2011.

_____. SARESP 2005. **Provas**. Disponível em: <http://saesp.fde.sp.gov.br/2005/subpages/versoes_provas_series.htm>. Acesso em: 27 set. 2011.

_____. SARESP 2007. **Provas**. Disponível em: <<http://saesp.fde.sp.gov.br/2007/subpages/provas.html>>. Acesso em: 27 set. 2011.

_____. SARESP 2010. **Documentos Legais - Resolução SE nº 48, de 2 de junho de 2010.** Disponível em: <http://saresp.fde.sp.gov.br/2010/Pdf/4_Resolucao_SARESP_2010.pdf>. Acesso em: 05 set. 2011.

_____. SARESP 2010. **Documentos Legais - Resolução SE nº 54, de 30 de junho de 2010.** Disponível em: <<http://saresp.fde.sp.gov.br/2010/Pdf/ResolucaoSARESP2010SE54.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2011.

_____. SARESP 2009. **Resolução SE 30, de 30 de abril de 2009.** Disponível em: <http://saresp.fde.sp.gov.br/2009/pdf/03_Resolucao_Saresp.pdf>. Acesso em: 11 set. 2011.

_____. SARESP 2011. **Apresentação.** Disponível em: <http://saresp.fde.sp.gov.br/2011/Arquivos/2_Apresentacaodosite.pdf>. Acesso em: 05 set. 2011.

_____. SARESP 2011. **Documentos Legais - Decreto nº 54.253 e Modelo de Convênio.** Disponível em: <http://saresp.fde.sp.gov.br/2011/Arquivos/4_Decreto_54253_17-04-09.pdf>. Acesso em: 05 set. 2011.

_____. SARESP 2011. **Documentos Legais - Decreto nº 55.864.** Disponível em: <http://saresp.fde.sp.gov.br/2011/Arquivos/5_DECRETO_N_55.864_Saresp2010.pdf>. Acesso em: 05 set. 2011.

_____. SARESP 2011. **Informe para Adesão das Escolas Particulares.** Disponível em: <http://saresp.fde.sp.gov.br/2011/Arquivos/10.1_InfomededeAdesaodasEscolasParticulares_ok.pdf>. Acesso em: 05 set. 2011.

_____. SARESP 2011. **Informe para Adesão das Redes Municipais.** Disponível em: <http://saresp.fde.sp.gov.br/2011/Arquivos/6.1_InfomededeAdesaodaRedeMunicipal.pdf>. Acesso em: 05 set. 2011.

_____. SARESP 2011. **Matrizes de Referência para a Avaliação: Documento Básico Secretaria da Educação.** São Paulo: SEE, 2009.

Disponível em: <http://saresp.fde.sp.gov.br/2011/Arquivos/Saresp2010_MatrizRefAvaliacao_DocBasico_Completo.pdf>. Acesso em: 05 set. 2011.

_____. **Uma Nova Agenda para a Educação Pública. Plano de Metas.** Disponível em: <<http://www.microeducacao.com.br/Textos/Planoeducacao2007.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2011.

GRUPO ABRIL. Educar para Crescer. **Por dentro do IDESP: O que é o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo.** Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/indicadores/dentro-idesp-429454.shtml>>. Acesso em: 11 out. 2011.

IBGE. Estados. **PNAD 2006 - Suplemento: Características complementares de educação.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=sp&tema=pnad_supledu_2006>. Acesso em: 29 set. 2011.

MEC. **Galeria de Ministros - Fernando Haddad.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13463>. Acesso em: 10 out. 2011.

_____. **Ideb.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=273&Itemid=345>. Acesso em: 23 set. 2011.

_____. **O MEC.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=171>. Acesso em: 29 set. 2011.

_____. **Plano Nacional de Educação - PNE.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16478&Itemid=1107>. Acesso em: 29 set. 2011.

_____. **Portal Ideb.** Disponível em: <<http://portalideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 05 set. 2011.

_____. **Veja o que disse o ministro Fernando Haddad no lançamento do PDE.** 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_

content&view=article&id=8063:veja-o-que-disse-o-ministro-fernando-haddad-no-lancamento-do-pde&catid= 223>. Acesso em: 29 set. 2011.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Simave**. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/projetos/projetos-estruturadores/421-simave/>>. Acesso em: 21 ago. 2011.

PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Anúncio do novo Plano Educacional**. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=87022>>. Acesso em: 11 set. 2011.

_____. **Estado lança 10 metas para a Educação até 2010**. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=87011>>. Acesso em: 11 set. 2011.

_____. **SP lança agenda para Educação Pública**. 2007. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=87034>>. Acesso em: 11 set. 2011.

_____. **Veja as 10 metas do novo Plano Estadual de Educação**. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=87027>>. Acesso em: 11 set. 2011.

PNUD. **Desenvolvimento Humano e IDH**. 2011. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em 11 set. 2011.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 45.300, de 30 de outubro de 2007**, publicado no DOE nº 207, de 31 de outubro de 2007. Institui o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul – SAERS. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/dados/atoslegais_decreto_45300.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2011.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA – SEB/MEC. **Anais do Seminário Internacional: Gestão Democrática da Educação e Pedagogias**

Participativas. Brasília, DF - 24 a 28 de Abril de 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Procons/anais.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2011.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Central de Atendimento. Legislação. **Resolução SE nº 27, de 29 de março de 1996.** Disponível em: <<http://lise.edunet.sp.gov.br/sislegis/detresol.asp?strAto=199603290027>>. Acesso em: 11 set. 2011.

_____. Central de Atendimento. Legislação. **Resolução SE nº 124, de 13 de novembro de 2001.** Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/124_2001.htm>. Acesso em: 11 set. 2011.

_____. Central de Atendimento. Legislação. **Resolução SE nº 14, de 18 de janeiro de 2002.** Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/14_2002.htm>. Acesso em: 11 set. 2011.

_____. Central de Atendimento. Legislação. **Resolução SE nº 68, de 18 de outubro de 2007.** Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/68_07.HTM>. Acesso em: 11 set. 2011.

_____. Central de Atendimento. Legislação. **Resolução SE nº 41, de 30 de junho de 2011.** Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/41_11.HTM>. Acesso em: 11 set. 2011.